



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 032

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Valdir Rossoni
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Ratinho Júnior
PSC .....	Mauro Moraes

## Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 032ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
13 DE MAIO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados André Vargas Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

**OFÍCIOS**

Sob o nº 175/2003, do Sr. Heron Arzua - secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informa-

ções requerido pelo deputado Durval Amaral, que pede esclarecimentos sobre valores, objetos, contratos, convênios, empenhos e despesas cancelados a partir de 01 de janeiro de 2003. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 188/2003, do Sr. Newton Pohl Ribas, diretor-geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre recursos do programa Paraná 12 Meses, destinados a Associação Santo Expedito. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 115/2003, do Sr. Dagmar João Brasil, diretor-técnico do Paranaeducação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Durval Amaral, que pede esclarecimentos sobre contratação de professores para o ensino público, pela CLT. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 057/2003, do Sr. Hermes Ricardo Matias de Paula - secretário-executivo do FNDE, informando liberação de recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 052 e 059/2003, do Sr. José Pereira da Silva, diretor do DGFNAS, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social-PR, destinados ao Serviço Assistencial de Ação Continuada/2003, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 915/2003/GAB, da Sra. Maria Tereza Uille Gomes, procuradora-geral de Justiça do Estado, encaminhando para apreciação anteprojeto de lei complementar que visa dar nova redação ao artigo 110, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/072/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver PROMULGADO o Projeto de Lei nº 599/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que proíbe a locação de equipamentos eletrônicos e outros que especifica, pelo DER, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.039. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC/073/2003, do Sr. governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº 127/2003, de autoria do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996. **Anote-se - Arquite-se.**

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 903**

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho REQUERER a V. Exa., espaço para uso da tribuna deste plenário, no Grande Expediente na Sessão Plenária de segunda-feira, dia 19 de maio do corrente, por parte do presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Sr. Joares Heirinchs, para o mesmo falar a respeito do transporte escolar em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 896**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que sejam encaminhados votos de congratulações à Dra. Deise Noeli Weber Kusztra, presidente da Organização Mundial da Família (OMF), pelo lançamento da fase preparatória da Cúpula Mundial da Família (OMF), pelo lançamento da fase preparatória da Cúpula Mundial da Família + 10, em Curitiba. Este evento foi patrocinado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que escolheu o Estado do Paraná para sediar o início deste importante projeto em prol da família.

Requer ainda que seja dada ciência a presidente da OMF, Dra. Deise Noeli Weber Kusztra, nesta capital, à Rua Ricardo Lemos, 206, no bairro Juvevê, CEP: 80540-030.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

**REQUERIMENTO Nº 898**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do jornal O Paraná.

É a homenagem que este Poder presta ao veículo de comunicação que tanto contribui para o desenvolvimento cultural, político e cívico de seus leitores em todo o Estado, destacando-se no Oeste do Paraná. O jornal O Paraná já se prepara para as festividades alusivas ao aniversário de sua fundação, que ocorre no próximo dia 15 de maio deste, quando completa 27 anos.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis seja dada ciência aos funcionários e diretoria através do diretor-presidente André Heitor Costi, na Rua Pernambuco, 1600, CEP 85810-021 - Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

**REQUERIMENTO Nº 899**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário da revista Momento Brasil.

É a homenagem que este Poder presta a um veículo de comunicação que apesar de novo, demonstra uma linha de imparcialidade e ética em suas publicações, levando aos leitores de todo o Estado, em especial à cidade de Cascavel, informações que só se fazem somar na cultura dos paranaenses. A revista Momento Brasil se prepara para as festividades alusivas ao aniversário de sua fundação, que ocorre no próximo dia 21 de maio deste, quando completa 01 ano.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência aos funcionários e diretoria, através da diretora Regina Sperança, na Avenida Brasil, 5980, sala 205, 2º andar - Centro - Cascavel / PR - CEP 85802-770.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

**REQUERIMENTO Nº 902**

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulação ao Dom Geraldo Majella Agnelo, por assumir a Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, sendo um reconhecimento do trabalho pela paz e pela solidariedade, desenvolvido em favor da sociedade.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - SE/Sul - Quadra 801 - Conjunto B - CEP 70401-900 - Brasília / DF.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

**REQUERIMENTO Nº 895**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual de Educação, Maurício Requião Mello e Silva, que adote políticas visando a celebração de convênios entre os cursos de Veterinária de Universidades Públicas e Privadas do Paraná e entidades sem fins lucrativos, de Utilidade Pública, que acolham animais abandonados ou feridos.

O presente requerimento deve-se pela necessidade da presença de especialistas nestas entidades, que possam prestar assistência veterinária a estes pequenos animais abandonados e/ou feridos, e também por proporcionar

aos universitários desta área, oportunidades de estágios de vivência.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 901

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldair Tarcísio Rizzi, que adote políticas visando a celebração de convênios entre os cursos de Veterinária de Universidades Públicas e Privadas do Paraná e entidades sem fins lucrativos, de Utilidade Pública, que acolham esses animais.

O presente requerimento deve-se pela necessidade da presença de especialistas nestas entidades, que possam prestar assistência veterinária a estes pequenos animais abandonados e/ou feridos, e também por proporcionar aos universitários desta área, oportunidades de estágios de vivência.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 909-A

Senhor Presidente:

Os deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. José Dirceu, ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República, no sentido de que seja federalizada uma das Universidades do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(aa) RATINHO JÚNIOR, RENI PEREIRA, JOCELITO CANTO, BARBOSA NETO e DOUTOR LUCIANO.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem uma importância econômica de grande representação junto a União Federal e não possui Universidade Federal a altura de sua representação econômica, tal qual ocorre com outros Estados.

A federalização de uma das Universidades Estaduais do Estado do Paraná, virá gerar recursos para que o governo do Estado do Paraná possa aplicar maiores recursos nas dezenas de faculdades estaduais que o Paraná mantém com os seus próprios recursos.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 259/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

O deputado Carlos Simões, no uso de suas atribuições regimentais, submete à apreciação da Comissão de Justiça e Redação, o seguinte:

Art. 1º - Fica autorizada a incorporação, da área adiante descrita, nas localidades de Prainha e Cabaraquara, pertencentes ao município de Guaratuba ao município de Matinhos.

“Começa na cumeada no morro denominado Pico Agudo, de onde uma linha reta alcança a nascente do Rio Cambará, pelo qual desce até sua foz no Rio Guaraguaçu e por este abaixo até alcançar a localidade denominada Praia das Monções; deste ponto segue pela costa até a foz do Rio Fundo, subindo então pelo Rio Fundo até a Foz do Rio Pinheiro até a sua cabeceira, de onde em reta alcança a cumeada do Morro do Batatal, seguindo pela linha das cumeadas do Morro Canela e Morro da Furna, até alcançar o Pico Agudo, ponto de partida.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A motivação da apresentação do presente projeto de resolução é de corrigir uma distorção que há muito perdura e prejudica a população das localidades denominadas Prainha e Cabaraquara, que pertencem por Lei ao Município de Guaratuba, mas geograficamente as encontram mais perto da sede do Município de Matinhos e são atendidos em suas necessidades pela Prefeitura de Matinhos.

Existe entre as localidades já denominadas a sede no Município de Guaratuba uma divisa natural chamada de Baía de Guaratuba, que dificulta o atendimento da Prefeitura aos reclamos dos habitantes de Prainha e Cabaraquara. Os atendimentos em sua maioria, são prestados pela Prefeitura Municipal de Matinhos, tais como: ônibus escolar, hospital, coleta de lixo, Copel, Sanepar, Telepar, Correios, Postos de Saúde, Policiamento, bem como, mais de 80% dos eleitores da região são cadastrados no Município de Matinhos.

Razão pela qual conclamo aos colegas pela aprovação do presente projeto de lei, que, ia propiciar aos habitantes de Prainha e Cabaraquara uma melhor prestação de serviço público.

#### PROJETO DE LEI Nº 260/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica vedada em todo o território do Estado do Paraná, a discriminação na circulação de serviços em condomínios residenciais e/ou comerciais.

Art. 2º - Os síndicos dos condomínios que não acatarem o disposto no artigo 1º desta lei, ficam sujeitos ao recolhimento em reais ao equivalente a 1.000 UFIR's, da data de infração, em favor do Provopar - Ação Social/PR.

Art. 3º - Para que surta os efeitos necessários, a infração deverá ser anotada em registro próprio da Delegacia Policial mais próxima do condomínio infrator.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) RENATO GAÚCHO

#### JUSTIFICATIVA:

Apesar da discriminação ser objeto de penalidades tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto da Constituição Brasileira, muitos síndicos continuam violando a lei, obrigando os serviços a se utilizarem de elevados próprios e a não circularem em áreas comuns, além de outros tipos de discriminação.

Cremos que além de penas previstas em leis maiores, com multa pecuniária o efeito será imediato, diminuindo as pressões sobre os denominados empregados domésticos.

O recolhimento da multa em favor da Provopar - Ação Social/PR redundará em incremento de recursos para as atividades sociais daquele voluntariado.

Solicito o apoio dos nobres pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação deste projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 261/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O Programa Estadual da Saúde Vocal do Professor destina-se à prevenção e correção de disfonias em professores da rede estadual de ensino.

Art. 2º - A assistência preventiva e corretiva será oferecida através da rede pública de saúde, com a realização de curso teórico e prático anual, orientando os professores sobre impostação vocal.

Art. 3º - As Secretarias Estaduais de Saúde e Educação formularão as diretrizes para a execução do programa, sendo a coordenação do curso atribuída a um profissional da fonoaudiologia.

Art. 4º - O programa contemplará a fase preventiva e o tratamento fonoaudiológico e médico.

Art. 5º - Serão dotados em orçamento próprio os recursos necessários à implantação do programa criado nesta lei.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de programa destinado a melhorar o rendimento profissional do professor da rede pública estadual, beneficiando, conseqüentemente, os alunos.

O objetivo é prevenir eventuais problemas de disfonias em professores da rede estadual de ensino, problemas que são comuns a profissionais dessa área, devido a complicações nas cordas vocais.

A orientação de profissional da fonoaudiologia é essencial para o sucesso do empreendimento, concedendo acesso a tratamento que importa na melhoria da qualidade de vida do professor.

#### PROJETO DE LEI Nº 262/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado às empresas privadas promover o patrocínio do transporte escolar dos alunos matriculados nas escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio, podendo, em contrapartida, divulgar sua razão social ou marca no respectivo veículo.

§ 1º - A divulgação da empresa far-se-á mediante a colocação de até três letreiros, dispostos nas laterais e na traseira do veículo, sem prejuízo da identificação do "Transporte Escolar", respeitados os demais avisos obrigatórios previstos na legislação específica e precedidos da expressão - "o transporte destes alunos é patrocinado por";

§ 2º - Cada veículo somente poderá ser patrocinado por uma única empresa;

Art. 2º - É vedado o patrocínio do transporte escolar por empresas fabricantes de bebidas alcoólicas e de cigarros e seus derivados.

Art. 3º - É de responsabilidade do proprietário ou cessionário do veículo o cumprimento de todas as exigências previstas na legislação que rege o transporte escolar.

Art. 4º - Para os efeitos desta lei, empresa patrocinadora do transporte escolar do ensino fundamental e médio é aquela que cumulativamente ou não, segundo montante mínimo do patrocínio e respectivo prazo para repasse, definidos em Assembléia Geral das Associações de Pais e Mestres das Escolas Públicas deste Estado.

Inciso I - Proceder a doação ou a cessão do veículo transportador para a rede pública estadual de ensino.

Inciso II - Custear o combustível, mão de obra, manutenção do veículo e demais despesas decorrentes do transporte escolar, pontualmente no prazo estipulado, sob pena de perder o direito à divulgação de sua marca, liberando o espaço ocupado para outras empresas interessadas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

São objetivos desta proposta de lei, entre outros, promover o incentivo à iniciativa privada no sentido de

coadjuvar o Poder Público Estadual na sua missão de prover a educação e a formação do cidadão, viabilizando uma parceria com os mais variados segmentos econômicos, a cujos empresários será oferecido o caminho seguro e eficiente para o exercício da função social da empresa.

Na medida em que se permite à iniciativa privada partilhar com a família e o Estado os ônus financeiros da educação, se amplia ainda mais o acesso da população menos privilegiada economicamente aos estudos, seja no ensino fundamental seja no ensino médio.

Às Associações de Pais e Mestres, cujo importantíssimo e indispensável papel no processo educacional aqui se reconhece, é atribuída uma efetiva participação no desenvolvimento e implantação da parceria com a iniciativa privada, em prol da educação no Estado do Paraná.

Mediante o sistema de cooperação proposto, será garantida a assiduidade de nossos alunos da rede pública, diminuindo a evasão escolar e assegurando melhores condições de segurança para o transporte dos estudantes.

Importante salientar, finalmente, que o escopo deste projeto de lei não é o de, nem mesmo remotamente, eximir o Poder Público do seu dever constitucional de promover e viabilizar o acesso de todos a educação, mas sim, e tão só, o de permitir à iniciativa privada a oportunidade de colaborar com o Estado e com a família, em conformidade com a recomendação de nossa Constituição Estadual, contida no dispositivo a seguir transcrito:

“Art. 177 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

#### PROJETO DE LEI Nº 263/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Civil denominada Cetefe - Centro de Treinamento e Formação do Estudante, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) MARCOS ISFER

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade em questão, que vem atuando no Estado do Paraná desde outubro de 1997, e registrada em cartório competente desde 02 de maio de 2002; tem como finalidade principal, a colocação de estudantes no mercado de trabalho, integrando os alunos, instituições de ensino e empresas.

Atentando sempre para os seus fins estatutários, vem promovendo a educação, mediante o desempenho de atividades que promovem a integração de teoria e prática,

já que sua finalidade é aliar trabalho com estudo, sendo que este último é indubitavelmente complementado por aquele. Cabe ressaltar que, com austeridade na observação dos seus fins, foi gratificada com o título de Utilidade Pública Municipal.

Ainda para complementar, devemos citar que esta sociedade não possui fins lucrativos e não remunera de qualquer maneira os membros de sua Diretoria, inclusive não repassando aos estudantes qualquer ônus pecuniário, obedecendo de forma rígida à legislação pertinente, conforme documentação nesta seara acostada.

#### PROJETO DE LEI Nº 264/2003

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída a Frente de Trabalho Estudantil, integrada por estabelecimentos do ensino público estadual, que mantêm ensino médio, destinada à contratação, em regime de estágio remunerado, de alunos que estiverem cursando o ensino médio regularmente.

§ 1º - A Frente de Trabalho Estudantil será regulamentada pela Secretaria de Estado da Educação e será implementada pelas unidades escolares.

§ 2º - A remuneração do aluno, na Frente de Trabalho estudantil, não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo vigente à época de sua contratação.

Art. 2º - O prazo de contratação será de 12 (doze) meses e a quantidade de vagas, em cada estabelecimento de ensino, corresponderá a até 1% (um por cento) do total de alunos matriculados na unidade escolar, sendo que o número de contratações, não poderá ser superior a 12 (doze) e nem inferior a 4 (quatro) por escola, no período.

Art. 3º - A inscrição deverá ser realizada mediante a apresentação de uma proposta de ação para uma função específica.

Art. 4º - Os candidatos poderão apresentar propostas de ação nas seguintes funções:

I - auxiliar de biblioteca;

II - auxiliar de almoxarifado;

III- auxiliar de secretária;

IV - monitor de recreação e lazer;

V - monitor de informática;

VI - monitor por área de conhecimento.

Parágrafo Único - Fica proibida a atuação de qualquer estagiário sem o devido servidor titular da área.

Art. 5º - Só poderão ser contratados alunos entre 16 (dezesesseis) e 19 (dezenove) anos, regularmente matriculados e que freqüentem assiduamente o ensino médio na unidade escolar e que apresentem rendimento escolar satisfatório.

Parágrafo Único - A contratação será apreciada pelo conselho da escola, ao final de cada bimestre.

Art. 6º - A carga horária a ser cumprida pelo aluno deverá ser de 04 (quatro) horas diárias, distribuídas durante o período livre do aluno.

Art. 7º - Caberá aos Conselhos de Escola das unidades escolares:

- I - decidir acerca das contratações;
- II - analisar as propostas de ações dos candidatos;
- III - entrevistar os candidatos selecionados;
- IV - selecionar os candidatos;
- V - estabelecer e distribuir as funções;
- VI - elaborar o regulamento interno específico e zelar pelo seu cumprimento.

Parágrafo Único - Os casos omissos serão encaminhados ao conselho de escola, para apreciação e posterior deferimento.

Art. 8º - A seleção de candidatos às funções obedecerá preferencialmente aos seguintes critérios:

- I - carência, através de avaliação socioeconômica;
- II - desempenho escolar;
- III - assiduidade;
- IV - avaliação diagnóstica de habilidades;

Art. 9º - Ao final do estágio, os alunos receberão um atestado sobre as atividades desempenhadas na escola, que servirá, para todos os efeitos, como referência de trabalho.

Art. 10 - A direção das escolas, juntamente com a Associação de Pais e Mestres, poderá instituir um banco de dados disponibilizando currículos e avaliações dos alunos que participarem da Frente de Trabalho Infantil, com vistas à sua inclusão no mercado de trabalho, junto às empresas privadas.

Art. 11 - As empresas privadas poderão participar do projeto, destinando recursos para as unidades escolares efetivarem as contratações.

Parágrafo Único - O Governo Estadual poderá firmar convênio com organismos nacionais e internacionais, visando à manutenção financeira da Frente de Trabalho Estudantil.

Art. 12 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias constante no orçamento.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa aproveitar a criatividade e disponibilidade dos estudantes das escolas públicas esta-

duais. Pretende ainda criar oportunidade de estágio remunerado para os mesmos, que deverão ter bom aproveitamento escolar, ser assíduos, ter habilidades que serão desenvolvidas. Temos que reconhecer que a escola está mais perto das comunidades carentes e que sem dúvida poderá desempenhar a contento esse trabalho social de inserir esses estudantes no mercado de trabalho.

A apresentação dos projetos de trabalho para as devidas áreas sem dúvida possibilitará que esses serviços cheguem mais perto das expectativas de prestação dos mesmos, que têm como seus usuários os próprios alunos. Por ser um projeto que ajuda a inserção de jovens no mercado de trabalho, tenho a certeza da aprovação dos membros desta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 265/2003

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os valores comprovadamente pagos em forma de pedágio, nos pólos de arrecadação no Estado do Paraná, poderão ser compensados na oportunidade do pagamento do respectivo IPVA aos proprietários de veículos automotores registrados no órgão competente de âmbito estadual.

Art. 2º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei, tem a finalidade de acabar com a bitributação do proprietário de veículo automotor, considerando-se que IPVA tem a mesma destinação do pedágio, isto é, manutenção, conservação e segurança das rodovias.

As principais rodovias do Estado já estão dotadas de pedágio. O contribuinte não poderá pagar duplamente, sendo, portanto, justo que o valor do recibo obtido no posto de arrecadação seja descontado no pagamento do IPVA.

#### PROJETO DE LEI Nº 266/2003

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a instalação e funcionamento de caça-níqueis em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2º - O não cumprimento da presente lei acarretará em multa no valor de 5 a 50 salários mínimos para os

infratores, com pena de cassação de alvará de funcionamento da empresa ou instituição comercial nas quais funcionarem os caça-níqueis.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### JUSTIFICATIVA:

As máquinas caça-níqueis têm sido objeto de reclamação por parte de um grande número de cidadãos. Segundo usuários das máquinas, elas estariam distribuindo poucos prêmios e arrecadando dinheiro numa proposta desleal.

Este parlamentar também recebeu denúncias de pais de família, indignados pelo vício de seus filhos em jogar nas máquinas caça-níqueis.

Esta lei se justifica no fato de que a fiscalização das máquinas tem se comprovado ineficiente por parte dos órgãos competentes, tanto em relação ao funcionamento das mesmas, quanto da utilização por menores de idade.

Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão de ordem social.

#### PROJETO DE LEI Nº 267/2003

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o "Programa Emprego a Vida Toda", destinado a incentivar as pessoas jurídicas domiciliadas no Estado que, na qualidade de empregador:

a) gerem novos postos de trabalho para emprego de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos;

b) possuam pelo menos 30% (trinta por cento) de seus empregados com idade superior a 40 anos;

Parágrafo Único - Não será incluído no "Programa Emprego a Vida Toda", ou será dele excluído, a pessoa jurídica inadimplente para com os tributos estaduais relativamente a créditos tributários que não estejam com sua exigibilidade suspensa.

Art. 2º - O incentivo fiscal de que trata esta lei, a ser usufruído por parte da pessoa jurídica que cumprir o disposto no artigo anterior consistirá:

I - para as pessoas jurídicas contribuintes do ICMS, na dedução mensal de R\$200,00 (duzentos reais) do ICMS a recolher, para cada posto de trabalho ocupado por empregado contratado nas condições previstas no art. 1º - limitado a 30% do saldo devedor mensal do ICMS a recolher;

II - para as pessoas jurídicas contribuintes do IPVA, na dedução anual de R\$480,00 (quatrocentos e oitenta reais) do IPVA devido, para cada posto de traba-

lho ocupado por empregado contratado na condição prevista no art. 1º.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à regulamentação do Programa ora instituído, no prazo de 120 dias a contar da publicação desta lei, e promover, no orçamento vigente, as alterações necessárias para o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A geração do emprego e renda foi e será a preocupação prioritária de qualquer governo centrado no social, cujos propósitos ultrapassam a simples retórica e partam para a busca de soluções verdadeiras.

O programa aqui proposto abre uma perspectiva nova para milhares de paranaenses que encontram-se desprovidos de qualquer ação governamental que lhes garanta o mínimo para sobreviver dignamente.

Com a possibilidade da aprovação da reforma tributária nos termos de propostas pelo governo federal, nenhuma iniciativa tende a conceder benefício fiscal mesmo de largo alcance social. Como o presente, poderá prosperar dificultando sobremaneira a solução de tão grave problema.

O imposto não recolhido será, via geração de renda e elevação do consumo por parte de uma parcela da população anteriormente alijada do mercado, plenamente recuperado, isto sem contar com os demais ganhos com previdência social e impostos municipais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Barbosa Neto.

#### O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhores deputados.

Estou encaminhando um requerimento ao secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná, para que tome providências com relação ao problema que pode parecer menor para muitas pessoas, mas que representa, sem dúvida nenhuma, uma questão muito grave que temos verificado. Estamos pedindo para que as universidades públicas e privadas do Estado do Paraná, entidades sem fins lucrativos, possam ajudar aquelas associações, aquelas organizações não-governamentais, que fazem um trabalho muito bonito, mas, pouco reconhecido, que é aquele de recolher animais abandonados nas vias das cidades do Estado do Paraná. Esta semana mesmo tivemos o caso de um equino que foi atropelado e morto, a imprensa noticiou. E ontem também, mostramos para o Brasil inteiro em nosso programa de televisão, o

drama que vivem algumas associações que não possuem qualquer tipo de convênio com os órgãos que tratam dessa questão, principalmente as universidades que têm os cursos de Veterinária e que poderiam fazer com que aqueles estudantes pudessem fazer estágios nessas instituições e pudessem proceder assistência médico-veterinária para esses animais: de pequeno, médio e grande porte. E, principalmente, fizessem a castração desses animais que acabam procriando nas ruas, aumentando ainda mais esse problema, que é muito grave.

Aquelas pessoas que têm animais de estimação sabem muito bem o que nós estamos falando. É um drama muito grande e nós gostaríamos que o senhor secretário de Ciência e Tecnologia pudesse olhar com bons olhos essa questão, principalmente em relação às universidades públicas, para que elas firmassem convênios com entidades sem fins lucrativos, com organizações não-governamentais para que esses estudantes, prestes a se formar na área de Veterinária, pudessem prestar esse trabalho. O deputado Renato Gaúcho também tem uma fundação que vai abrigar mais de mil cães quando estiver totalmente concluída e nós queremos citar o exemplo da entidade Amigo Animal que tem mais de 1200 cães e gatos e que fazem um trabalho muito bonito e, infelizmente, repito, pouco reconhecido.

Eram essas as colocações que gostaria de fazer na tarde de hoje.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Jocelito Canto. Antes, porém, quero registrar a presença também do prefeito de Quatro Barras, Roberto Adamoski.

#### O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O que nos traz nessa tribuna hoje, é S. Exa. o senhor governador Roberto Requião, que esteve recentemente nesta Casa e na tribuna do lado de lá, quando pediu aos deputados que não lhe deixasse errar, que ele não cometesse erros, pois que ele não queria errar no Estado do Paraná.

E é com essa intenção que subo nessa tribuna hoje, para comentar no nosso ponto de vista, nós, Ponta Grossa e nós, Campos Gerais, um erro cometido pelo governador Roberto Requião.

Eu não vou discutir aqui, senhor presidente, senhores deputados se o curso foi feito de maneira política ou não foi política ou se foi feito para eleger não sei quem. Isso não me interessa.

O que interessa nesse pronunciamento que vou fazer, que estou me reportando aos senhores, é que o curso de Medicina de Ponta Grossa foi criado e hoje já temos pelo menos quarenta alunos, mais se sessenta dias em sala de aula. Não estamos falando de um curso que não existe, não estamos falando de um curso que não foi

feita dotação orçamentária. Pelo contrário, tudo isso foi feito!

Ontem, de forma desleal, de forma rasteira, de forma prepotente, o senhor Ronaldo Bueno, 2º vice-presidente, da Associação Médica Brasileira, foi à televisão - Rede Globo, para mentir, para enganar o povo do Paraná, com atitudes mentirosas, com atitudes covardes contra o povo de Ponta Grossa e contra o curso de Medicina de nossa cidade. Disse ele que o curso não tem professores. Mentira dele! São seis doutores, dois mestres e cinco especialistas. Professores, mestres, professores-doutores, do maior respeito da nossa cidade e outros que vieram para se somar aos de Ponta Grossa.

Então, é mentiroso o Sr. Ronaldo Bueno, que não tem nada de "bueno", tem de mentiroso, que foi mentir, disse também que não tem laboratórios na Universidade Estadual de Ponta Grossa para o curso de Medicina. Mais uma mentira cabeluda, porque o curso não tem um laboratório, tem vinte e cinco, que podem ser usados de forma comum. Laboratórios de odontologia, farmácia, ciências biológicas. São vinte e cinco laboratórios e não um só, senhor presidente! Os equipamentos mais modernos estão na Universidade Estadual de Ponta Grossa!

Disse também, este mentiroso, que não foi o curso de obrigação social, não foi de atendimento social; o curso passou por uma Resolução do Conselho Estadual de Saúde e foi atestado pelo plenário do Conselho, que definiu que há necessidade social do curso, sim, e o próprio Conselho Estadual, comunicou ao Conselho Nacional de Saúde, que o mesmo curso era uma necessidade social nos Campos Gerais,

Então, fica aqui o meu voto de repúdio, a esse médico que não defende nem os seus companheiros, que passou por cima dos médicos de Ponta Grossa, que passou por cima dos mestres, dos doutores, que não teve respeito, com seus colegas de diploma, acusando a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Os professores que estão lá, são professores de respeito, formados, doutores, muito melhores que esse Dr. Ronaldo Bueno, que não tem ética ao fazer tal pronunciamento.

Senhor presidente e senhores deputados, a cidade de Ponta Grossa, hoje, amanheceu de luto. A cidade amanheceu reunida, o povo vai às ruas na próxima semana, o povo está colocando, a partir de amanhã, luto nos carros, luto nas janelas das casas, luto nas empresas, porque não suportaram o baque que foi o cancelamento do curso de Medicina, na Faculdade de Ponta Grossa.

Estou fazendo este discurso em defesa, para que o governador não erre, governador democrata, que respeitamos, governador que recentemente disse na AERP que ele ficou oito anos esquecido pelas rádios, que não lhe deixavam falar, diante de todos os radiodifusores do Estado do Paraná. Mas agora o governador não deu o direito a Ponta Grossa de se manifestar. Podia até fechar o curso de Medicina, mas o governador não foi a Ponta Grossa! O governador não foi conversar com as lideran-

ças. O governador, deputado André Vargas, não foi falar com o prefeito do seu Partido, que ajudou a elegê-lo!

Então, senhor presidente e senhores deputados, eu manifesto minha tristeza com o governador Requião - que vou continuar admirando, mas neste ponto da universidade, eu não posso me calar de jeito nenhum, porque o governador tem um compromisso de melhorar a saúde. Melhorar a saúde é colocar médicos nos postos daqui quatro ou cinco anos, quando os médicos estiverem formados. Aí, vai diminuir a fila. Aí, a pessoa mais humilde vai ter condições, sim, senhor, de ter um médico para lhe atender e melhorar suas condições.

E o governador fala que não tem recursos, que o governo anterior endividou o Estado, que o governo anterior foi ruim, e eu concordo com isto. O governo anterior, o senhor Jaime Lerner - que me perdoe quem o defendeu, foi ruim para o Paraná, foi ruim para os Campos Gerais e foi ruim para a saúde de Ponta Grossa.

Pouco fez, a não ser assinar o curso de Medicina no final, somente. A única coisa que fez. No mais, não mandou uma ambulância! Não mandou convênio nenhum! Enfim, deixou a desejar.

Mas aconteceu um fato novo em Ponta Grossa, hoje. Eu dizia ao povo, hoje, lá: “vamos esperar mais uma semana, vamos conversar com o governador Requião”. E o povo dizia: “O que é que está acontecendo com o Jocelito, que mudou? Era briguento, gostava de briga e agora quer paz!” Eu falei: “vamos conversar com o governador, vamos mostrar o outro lado”.

E o motivo de estar aqui, hoje, deputado Anibelli, líder do PMDB, Vanhoni, todos os deputados da Bancada do Governo, o que Ponta Grossa quer é ser ouvida, quer ouvir da boca do governador os reais motivos pelos quais ele acabou com a Medicina em Ponta Grossa! Só isto!

O presidente da Câmara de Ponta Grossa disse, agora pela manhã, que este ano o curso custa 1 milhão e 800 mil para manter, este ano. Pois bem. O presidente da Câmara de Ponta Grossa vai tirar das economias da Câmara, da dotação orçamentária, que não está gastando e tem o dinheiro em caixa, e vai bancar o curso este ano, se for preciso. A Câmara passa o dinheiro para a universidade e este ano o curso é pago com o dinheiro da Câmara, porque sobrou dinheiro, porque os vereadores foram econômicos e não gastaram o que determina a lei. Então, dinheiro tem para este ano. Precisa arrumar para o ano seguinte.

Senhor presidente e senhores deputados, o que eu queria neste dia - em momento nenhum afrontando a figura do governador Roberto Requião, para o qual tenho o maior respeito, mas não posso ouvir pronunciamento de um irresponsável como esse Ronaldo, que se diz vice-presidente da entidade, que deixou de respeitar os médicos de Ponta Grossa, os professores, os doutores. Pedir ao governador do Paraná, ele tem um compromisso comigo e com o povo de Ponta Grossa, gravado lá em meu programa de rádio, em que ele diz que assume um compromisso de construir um hospital regional novo em

Ponta Grossa. Isso está gravado. Espero que não precise trazer o gravador aqui e botar na tribuna desta Casa.

Que se cumpra o compromisso de campanha. O problema do hospital não é problema; é a solução. Está gravado. O que queremos é que o governador receba o povo de Ponta Grossa, porque a partir de amanhã na cidade vai ter luto. Vai ter por todo o canto alguém protestando. O Roberto Requião vai se sentir ofendido, porque o povo está decidido.

Volto a falar aqui, não estamos discutindo quem fez, quem é o pai da criança; estamos discutindo o sentimento que tem no coração do povo de Ponta Grossa que votou no Roberto Requião. E ele não pode, em momento algum, fazer o que fez agora. Ele tem que ouvir o povo de Ponta Grossa que lhe deu o voto.

Hoje já ouvi no rádio, na Associação Comercial, palavras como: “matou a criança”; “assassino de universidade”, governador que não cumpre”. Acho que o Roberto Requião não merece isso. Ele merece o respeito do povo de Ponta Grossa, mas a atitude que ele tomou, que determinou, foi uma atitude não de um democrata que ele é, que naquela tribuna ali disse.” quando eu for errar, não me deixem errar”.

Estou dizendo aqui que o governador cometeu um erro, não contra os Campos Gerais, mas contra o Paraná inteiro, para os estudantes que estão naquela Universidade.

Gostaria de mais uma vez pedir ao governador que fosse a Ponta Grossa, como foi na eleição. Fosse lá discutir e reunir a sociedade e dissesse tudo o que ele quer dizer. Que dissesse por que cancelou o curso. Que contasse ao povo, mas que não usasse o decreto. Que não usasse alguma coisa que vem lá de trás, que todos nós combatemos, que é a ditadura. Não é isso.

Espero que isso possa mudar ainda, apesar de o decreto estar assinado, mas não publicado.

Senhor presidente, hoje os piores adversários de Ponta Grossa se abraçaram. É para ver como está a coisa em Ponta Grossa! O sentimento de dor do povo de Ponta Grossa é muito grande. Eu aqui, como um admirador do Roberto Requião, não eleitor que fui admirador, estou lhe alertando que o ato que está cometendo hoje em Ponta Grossa é um ato que está mexendo com o sentimento e jamais será esquecido pelo povo de Ponta Grossa.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Esta Casa hoje recebe a visita da delegação do Equador, e para saudá-la, esta Mesa designa o deputado Fernando Ribas Carli.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É com muita honra, muita alegria que esta Casa hoje recebe uma comitiva do vizinho país, o Equador.

Digo que esta Casa sente-se feliz em recebê-los, porque nós, os latinos-americanos vivemos um momento

especial de nossas vidas. Nós que vivemos na América Latina, que fomos colonizados pelo europeus, vivemos hoje um momento ímpar da nossa história, um momento em que nós temos que tomar uma decisão que pode implicar num grande ou num péssimo futuro.

Todos os países latino-americanos hoje vivem esse drama, porque a ordem econômica em nível mundial nos impõe condições e restrições. Nós, os países mais fragilizados, muitas vezes temos que nos sujeitar às imposições feitas por aqueles países que já em outras épocas nos colonizaram e que hoje, nos impõem regras de comércio, regras de convivência e, principalmente, não nos dão a oportunidade que merecemos de ascender à posição que eles já têm.

Por isso, a minha alegria, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, neste momento representando esta Casa, poder saudar a comitiva que vem do Equador até o Paraná, até Curitiba, para aqui firmar convênios de cooperação através da Fundação Ecobrás, uma organização não-governamental que visa convênios nas diversas áreas de meio ambiente, na área de urbanismo, na área de educação.

Quero saudar, aqui, a presidente da Ecobrás, Dra. Iolanda Calderón, que lidera esta comitiva e que também teve, como ela colocou, “a felicidade de estudar nessa universidade que está no Brasil”!

Quero dizer aos senhores, que nós, como presidente da Comissão Permanente do Mercosul desta Casa, como vice-presidente da União de Parlamentares do Mercosul, que tem na sua presidência o senador argentino Félix Pés, sentimos que aquela vontade, aquela aspiração de todos nós latinos nos unirmos numa grande pátria para que possamos juntos sermos mais fortes para que possamos cada vez mais nos integrar, através de um convênio de cooperação na área do meio ambiente, mas também de convênios de cooperação e de acordos (na área cultural, na área econômica, na área social), para que possamos, na verdade, novamente, sermos um grande país como éramos. Não fomos nós que nos dividimos, não fomos nós que criamos as fronteiras que hoje nos dividem, isto era uma coisa só, por aqui andavam e habitavam os nativos, que são os verdadeiros donos desta terra. Quem nos impôs divisas, quem nos impôs restrições, que nos fez falar línguas diferentes foram aqueles que vieram de fora, porque, originalmente, era muito diferente.

Eu tenho a oportunidade, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, de lembrar mais uma vez um fato histórico do nosso Estado e do nosso País. Tive essa oportunidade, quando aqui estive o general Lino Oviedo visitando esta Casa, quando tive naquele momento a oportunidade de citar algo que é extraordinário na história da América Latina.

Falava eu a respeito do “Caminho do Peaberu”, que é algo que fala muito de perto do Equador. Era um caminho em que os índios vinham lá do Equador até o litoral brasileiro, ou a Praia de São Vicente, no Estado de

São Paulo ou na Ilha de Santa Catarina, hoje Florianópolis.

O “Caminho do Peaberu” era um caminho de um metro de largura por meio metro de profundidade; cortava toda essa região. Naquela época, isso há mais de mil anos, os índios, os verdadeiros donos destas terras faziam esse caminho numa integração que já existia e que aqueles que chegaram depois acabaram por dividir. E este caminho ainda existe na minha região, na região de Guaruapuava, na região Central do Estado; lá em Pitanga ainda existem trechos desses caminhos que foram descobertos há pouco tempo.

Esta é a prova mais forte e mais evidente de que nós já estivemos juntos. Hoje, se estamos separados, certamente não foi pela nossa vontade. Por isso, quero dizer que é com alegria, com muita honra que nós recebemos esta comitiva vinda do Equador e dizer que nós queremos colaboração: nós queremos participação; queremos integração, queremos que todos possam contribuir, para que, juntos, possamos todos melhorar a qualidade de vida dos nossos povos.

Quero aqui neste momento, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, dar as boas-vindas a esta comitiva liderada pela Dra. Iolanda Calderón e dizer que esta Casa, através da Comissão Permanente do Mercosul tem todo o interesse de manter contatos mais estreitos com esta fundação, com esta organização não-governamental, para que possamos estreitar laços e também ampliar cada vez mais a participação dessa entidade na discussão do que queremos para os nossos países, tendo em vista que recentemente o presidente Lula ratificou sua posição em prol de um Mercosul mais forte, de um Mercosul presente, daquele Mercosul que estamos pregando há muito tempo. Não só o econômico, que não pode vir antes do social, porque o econômico não pode vir antes do ser humano. De nada adianta termos dinheiro se não tivermos pessoas. O homem é mais importante do que o dinheiro, por isso a importância desta integração.

É vontade do presidente Lula, é vontade do candidato à Presidência da República, com uma grande margem percentual de votos à frente do seu oponente lá na Argentina, que é o governador Nestor Kurchner. É o fortalecimento do Mercosul. E quero crer que também esta comitiva fará com que possamos estreitar cada vez mais os laços com o Equador, para que possamos, não com utopia, mas com os olhos voltados para o futuro, não o nosso, mas certamente o dos nossos filhos e dos nossos netos. Que possamos ter uma América Latina forte e capaz de enfrentar os desafios que estão nos colocando todos os dias.

Sejam bem-vindos, e tenham a certeza que esta será a primeira de muitas outras visitas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Agradecemos, em nome do Poder Legislativo do Paraná, a visita da delegação do Equador. Que sejam

bem-vindos ao nosso Estado e tenham uma boa estada e as portas da Casa do Povo do Paraná estão sempre abertas aos nossos ilustres visitantes.

No Pequeno Expediente, deputado Natálio Stica.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, senhores e senhoras deputadas, ilustres visitantes.

Hoje, pela manhã estive na cidade de Carambeí. Passei por Ponta Grossa e tive o prazer de ouvir o programa do nosso amigo Jocelito Canto, na FM 102.7. Parabéns pela audiência do seu programa! Lá, eu pude perceber inclusive o reclame do povo de Ponta Grossa e da região em relação à problemática criada com a suspensão do curso de Medicina.

Não vou aqui entrar em detalhes, porque também não fui convidado pelo governo para discutir o assunto. Aliás, acho que houve uma falta de conversa nessa decisão tomada. Teremos conseqüências! Também ouvi dizendo que o curso iniciou-se no final do ano passado de uma maneira política, eleitoreira do ex-governador. O que necessitava, na verdade, era ter tido uma conversa para se achar a solução.

Espero que o governo do Estado o faça em curto espaço de tempo, porque realmente aquela região merece ter um curso de Medicina. Precisamos ter as condições, pois uma faculdade estadual não pode ter um curso, e em especial o de Medicina, sem dar as condições. Tomara que a equipe do governo seja sensibilizada pelo reclame que presenciei hoje pela manhã e que faça urgente essa discussão. Tenho certeza que podemos contar com o apoio dos deputados desta Casa, porque temos o maior interesse em que seja resolvida essa problemática. Nos somamos, portanto, à luta de V. Exa. e dos demais deputados.

Estive, deputado Jocelito, na cidade de Carambeí, onde fui acompanhado do secretário de Saúde, Dr. Cláudio Xavier, que amanhã estará visitando Paranaguá, do nosso companheiro o deputado Leite - estaremos, se possível, pelo menos em uma passagem lá por Paranaguá.

O doutor Cláudio, tenho dito aqui desta tribuna, tem feito um trabalho excelente nesses primeiros quatro meses da Saúde Pública do Estado do Paraná. Tem dado o remédio na dose certa! Vamos, com certeza, resolver o problema da falta de recursos e da falta de hospitais, de leitos que temos no Paraná com essa nova maneira de fazer com que uma secretaria trabalhe, através do competente secretário, doutor Cláudio Xavier.

E lá estivemos visitando, senhores deputados, um hospital que está construído há onze anos, quase doze anos, que tem capacidade de trinta leitos. O prédio é um imóvel conservadíssimo, com algumas salas locadas, e esse prédio nunca funcionou como um hospital naquela cidade. E como é que ele foi construído?

Foi construído com verbas que foram deixadas de pagar impostos em um acordo entre, na época, governo federal, dando incentivos para que cooperativas aplicas-

sem no social. E lá, na época, a Cooperativa Batavo fez uma aplicação correta da verba e construiu o hospital, porém, por um descaso e uma falta de competência política de quem administrou a cidade e o Estado do Paraná, até hoje ele não funcionou. Agora estamos tentando fazer uma parceria onde o governo do Estado, através da Secretaria da Saúde, junto com as empresas que lá estão instaladas, em Carambeí, as empresas leiteiras, a Perdigão, que se instala neste momento, enfim, fazendo com que o grande empresariado da região, em uma parceria com o governo do Estado, ver se é possível - e é possível - fazer com que lá tenha um pequeno, mas moderno hospital atendendo à população de Carambeí.

Por incrível que pareça, deputado Rafael Greca, não nasce uma criança na cidade de Carambeí! Ou vão nascer em Castro ou vêm nascer em Ponta Grossa, porque não tem uma maternidade numa cidade de dezessete mil habitantes, uma cidade onde a economia cresce, onde a população tem a cultura holandesa como uma das culturas mais conservadas no Estado do Paraná, e no entanto, não temos sequer um hospital, uma maternidade!

E vejam, aliás, a administração regional, a administração municipal, alguns problemas para responder inclusive, na Justiça, e eu espero que se resolva logo para que possamos dar o passo que precisa para Carambeí e o seu povo ter, pelo menos um hospital, uma maternidade, para dar segurança e dignidade aos cidadãos de Carambeí.

Era esse o relato, parabenizando mais uma vez à Secretaria da Saúde, assim como outras secretarias que em outros relatos que farei aqui, darei conta do trabalho que estaremos realizando nos próximos dias juntos com o secretário de Obras, com a Sedu e com outras que têm demonstrado uma grande competência da equipe do governador Requião governando o novo Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. ELIO LINO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença, nas galerias, na Sessão de hoje, do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do município de Pato Bragado, liberado pelo prefeito Luiz Grandó, o presidente da Câmara, Arnildo Rieger, o vereador Lécio, bem como os representantes da Emater, do secretário da Agricultura, Pilatti, e todas as lideranças da agropecuária do município de Pato Bragado.

Só para que as senhoras e os senhores deputados possam ter uma idéia, Pato Bragado é um município que foi instalado em 1993; completa os seus dez anos de existência, e o Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, através de suas lideranças agrícolas, faz uma viagem por ano, conhecendo municípios, tanto do Paraná, como de outros estados da nossa Federação. Saíram ontem à noite de Pato Bragado, chegaram hoje pela manhã aqui na capital, foram até Colombo trocar idéias, intercâmbios na questão da agricultura do nosso Estado, principalmente na agricultura orgânica. Hoje ao meio dia tivemos o pra-

zer de almoçar com esses agricultores e estão presentes aqui na Sessão. Estarão visitando ainda o município de Castro e outros. Por isso, os agricultores estão presentes hoje na nossa Sessão.

Sejam bem-vindos. Sem sombra de dúvida, para nós, como deputados estaduais e para o Poder Legislativo do Estado do Paraná, é um prazer muito grande ter a presença dos senhores e das senhoras, liderados pelo nosso prefeito Luiz Grandó, pelo presidente da Câmara, Arnildo Rieger, enfim, todas as lideranças daquele município.

E na certeza de que essas viagens de intercâmbio que vocês fazem trocando conhecimentos e experiência na área agrícola, fazem com que o Paraná cada vez mais se destaque na área econômica.

Muito obrigado e obrigado pela presença!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, senhores deputados:

Eu tenho na vida pública, tido, algumas alegrias, algumas frustrações, mas, sobretudo, muitas constatações. E, com toda a certeza, a expectativa de todos nós paranaenses, independentemente de sermos Situação ou Oposição, temos boas expectativas com relação ao governo que administra o Paraná, aliás, foi a proposta deste governo que o levou a se eleger, a ser eleito, prometendo transformações profundas no Estado e na economia do Estado do Paraná. Entre elas, não é discurso meu, mas com toda a certeza, o leite de graça que agora o governador substitui, ao que tudo indica, o da “Rua para a Escola”, um programa fantástico de atendimento às crianças mais carentes pelo leite, o governo prometeu o fim do pedágio no estado do Paraná, prometeu a energia elétrica de graça para a população de baixa renda, 40% de desconto na energia elétrica para os industriais do Estado do Paraná, enfim, muitas promessas que o levaram a ser eleito no último pleito.

A constatação, não obstante todo o apoio que nós da Oposição estamos dando neste momento de implantação dessas propostas, concretamente não recebemos, não vimos, não veio à Assembléia nenhuma mensagem concreta para implantação dessas propostas.

Vejamos só, a Assembléia Legislativa implantou algumas CPI's, Comissão Parlamentares de Inquérito. Poderia citar todas, mas vou citar uma que tem feito um trabalho apesar de não ser do meu partido, tenho que realçar, o brilhantismo com que o deputado André Vargas conduz a CPI do pedágio.

Hoje ainda, deputado André, eu conversava com prefeitos, com um prefeito meu que está sendo convocado para depor, para que venha falar sobre o impacto do pedágio na sua região, que coincidentemente é a nossa, que é a microrregião de Londrina, impactos negativos e

positivos. Eu tenho ouvido, visto, a CPI do pedágio convocando cidadão de entidades de classe que comparecem à Comissão, para dar tecnicamente a sua opinião, colocar efetivamente o prejuízo que o pedágio traz para a economia do Paraná e também os benefícios, que na outra ponta, pode estar trazendo para a sociedade paranaense.

E quero saudar aqui a iniciativa do deputado Vanhoni, de convidar o senhor Erondi Bertoglio, que representa o Sindicato dos Engenheiros, o senhor Nelson Costa, que representa a Ocepar, aliás, deputado Augustinho Zucchi, órgão tão fundamental para a sociedade paranaense, para a economia do Paraná, ela que congrega todas as cooperativas do Paraná, que só merece respeito e admiração, também o presidente do CREA essa instituição fantástica que é efetivamente dos nossos engenheiros do Estado e gostaria, senhor presidente, tão logo eles pudessem declinar, fazer uso da palavra, que eu sei enriquecerá muito todos nós com questões técnicas, com questões relevantes sobre o pedágio, que o nosso ilustre presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito também se dignasse a esses que ainda não tenha ouvido, deputado Traiano, convocá-los para que, sob juramento, possam prestar os esclarecimentos necessários, porque como cidadão do Paraná eu estou, deputado Rossoni, apreensivo com a solução deste problema, que aliás é uma promessa de campanha, que aliás poderá gerar um impacto financeiro para o Paraná muitas vezes maior, muito superior inclusive ao que trouxe a Central do Paraná. Tenho lido pelos jornais que poderemos ter uma indenização da ordem de três bilhões de reais com a rescisão do contrato, que aliás, como cidadão, eu espero efetivamente que o governador encontre uma solução para que sua promessa seja cumprida e a sociedade do Paraná não tenha uma frustração eleitoral. Espero quais são as soluções técnicas.

Então, senhor presidente, quando abro os jornais no dia de hoje, vejo que o presidente Luis Inácio Lula da Silva, que não é do meu partido, ao qual sou crítico, está tratando já do pedagiamento da BR-116, que a política do governo federal de conservação de rodovias passa pela política de pedagiamento das estradas federais, e eu quero sinceramente que a expectativa que tem a sociedade paranaense, nobre deputado André Vargas, não seja frustrada, até porque não podemos reviver no Paraná o estelionato eleitoral do passado, que já vivemos. A eleição do Paraná não pode ter sido decidida em cima de premissas falsas.

Então, eu espero que os nossos companheiros possam enriquecer esse debate trazendo propostas concretas e soluções técnicas, para que o nosso deputado presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, juntamente, com os demais membros, possam enriquecer o trabalho dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, levando ao governador Roberto Requião uma sugestão e quem sabe uma solução, para que ele possa cumprir a sua promessa eleitoral.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

Peço a compreensão dos deputados, para respeitem o horário determinado, para que possamos ouvir também os representantes de classes, nesta Casa de Leis.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho a esta tribuna, no dia de hoje, para lamentar o decreto assinado pelo senhor Roberto Requião, no dia de ontem, que cancela a implantação do curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Hoje, uma mobilização da cidade de Ponta Grossa reúne todas as lideranças de entidades, na Associação Comercial e Industrial daquela cidade. Lá, mais de 50 lideranças reúnem-se, discutem o problema e ouvem as lideranças políticas, o prefeito, os deputados da cidade e, principalmente, escutam a explicação do reitor da Universidade Estadual, que pondera e deixa clara a situação do curso de Medicina, que já tem os professores contratados, que está com o seu bloco de Medicina com as obras praticamente concluídas, que tem os laboratórios apropriados para os alunos estudarem. Para os dois primeiros anos do curso, a universidade está preparada.

Após se confirmar essa posição oficial da universidade, a cidade começa a entrar em uma grande mobilização, que vai de manifestos populares, dos meios de comunicação, através de uma nota oficial da cidade de Ponta Grossa, assinado por todas as suas lideranças. A partir de amanhã, a cidade de Ponta Grossa entra em luto. A população, as empresas comerciais, as indústrias da cidade, enfim, toda a cidade e mais os municípios da Região dos Campos Gerais.

Sinto e ouvi claramente aqui, o discurso do deputado Jocelito, que critica as entidades ligadas à classe médica. Essas entidades, senhor presidente, senhores deputados, foram em Ponta Grossa para ver exatamente como estava funcionando aquele curso. Lá chegaram com uma hora e meia de atraso. Não tiveram a paciência de acompanhar o reitor nos laboratórios. Não tiveram a paciência para conversar com os professores que estão lecionando nesse novo curso de Medicina.

É muito triste, porque a versão dessas entidades, pelo que sinto, foi que o governador Roberto Requião aceitou. Ele não aceitou ouvir a universidade da nossa cidade, as nossas lideranças. Não aceitou ouvir toda a comunidade princesina. Ouvir, sim, aquilo que realmente lá está acontecendo. Não foi pessoalmente ver a situação desse curso.

No final de tudo isso, essa trágica situação em que se encontram hoje as universidades, que têm os acadêmicos em sala de aula, que não sabem muito bem o que fazem. Vão mudar para aonde esses alunos? Para Londrina? Para Maringá? Vão para Cascavel? Está uma situação caótica. A universidade não tem uma posição clara do que fazer. O principal, que posso trazer, é que a cidade

mobilizada começa um levante, para tentar fazer com que o governador do Estado, receba as suas lideranças e possa escutar a posição real, o que realmente acontece naquele curso, pelas palavras de quem dirige aquela universidade, que é o reitor Paulo Godoy.

Estamos aguardando uma posição do Palácio Iguaçu, para que possa ouvir a outra versão. Não versão das entidades médicas e, sim, da universidade, que está hoje com os acadêmicos com problema, porque não sabe o que fazer com eles. A própria Secretaria de Ciência e Tecnologia não tem clara qual é a posição a tomar. Não tem decidido o que fazer.

Hoje, a cidade vive um momento de intranquilidade mas tenho certeza e ainda espero que o governador Roberto Requião, equilibrado como é, possa tomar a iniciativa de ter um conhecimento mais profundo e até visitar nossa cidade, a universidade, para fazer o parâmetro do que ele ouviu das entidades que representam os médicos e da realidade da nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Espero ver, em curto prazo de tempo, a reversão dessa posição do governador, porque se realmente ele informar-se do que acontece, com certeza a situação vai mudar.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

O Grande Expediente de hoje está reservado aos pronunciamentos dos senhores Eroni Bertoglio, representante do Sindicato dos Engenheiros, Nelson Costa, representante da Ocepar, Luiz Antônio Rossafa, presidente do CREA, conforme requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo, aprovado na Sessão do dia 6 de maio.

Vamos dar a cada orador inscrito 10 minutos para seu pronunciamento.

Inicialmente, o senhor Eroni Bertoglio.

**O SR. ERONI BERTOGLIO**

Boa tarde, caro presidente Hermas Brandão, presidente desta Casa, demais membros da Mesa diretora, senhoras e senhores deputados, convidados e entidades participantes do movimento suprapartidário “Xô Pedágio e agora Requião”, que estão presentes, e que designaram as três entidades que farão seus pronunciamentos para representar o pensamento reinante na sociedade paranaense a respeito dessa questão, tão polêmica: o pedágio.

Naturalmente uma CPI está em curso e deve se aprofundar em todos os tópicos, mas alguns movimentos que esta Casa presenciou e dos quais sou testemunha, marcaram muito a vida de entidades da sociedade civil organizada. Nesta mesma Casa o movimento “Reage, Brasil” contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce teve aqui pronunciamentos de setores militares, chamado setor nacionalista. Eles vieram como ex-integrantes da Secretaria Estratégica de Governo colocar a sua apreensão em relação à doação que está sendo feita

do patrimônio público, pago e conquistado pela sociedade brasileira. Vale lembrar que por três bi, três bi, senhoras e senhores nós entregamos a Vale do Rio Doce, o maior complexo multimodal de transportes e as maiores jazidas de minérios, inclusive minérios estratégicos.

Aquele movimento não conseguiu estancar a venda da Vale do Rio Doce, mas conseguiu servir de estímulo para que outros movimentos acontecessem.

Esta Casa foi testemunha da luta vitoriosa contra a venda da Copel, para citar um outro momento. Vive agora este momento onde o movimento “Xô Pedágio” recebe, a cada dia, adesão de um número maior de entidades da sociedade civil organizada que busca a compreensão dos deputados, no sentido que coloquem todo seu esforço, toda sua capacidade política, pois aqui é a caixa de ressonância da sociedade, na discussão de um tema tão importante.

A questão das privatizações e concessões, no Brasil, foram tão equivocadas que me permito o direito de lembrar o finado Aluísio Biondi - para quem não leu, eu sugiro a leitura do seu livro “O Brasil Privatizado” um balanço do desmonte do estado. Isso deve ser literatura obrigatória de cada cidadão brasileiro, para ver as orientações seguidas que houveram nos últimos oito anos, de uma premissa chamada consenso de Washington, que preconizava e teve como seus fiéis adeptos o México, alguns países da América Central, a Argentina e o Brasil.

O consenso de Washington preconizava o quê? Uma política de inflação baixa, Estado mínimo (Leia-se privatizações) e flexibilização da lei trabalhista.

Então, o quê desse momento as entidades que aqui se posicionam em nome de várias outras que formam esse movimento, é no sentido de solicitar que esta Casa some todos os esforços no sentido de uma discussão ampla e transparente, porque para nós do movimento organizado, não existe sentido nenhum na luta, se não terminar com o controle social efetivo. A luta da Copel está mostrando isso. É importante que o pedágio conte com todas as visões para que, no contraditório, a gente encontre o melhor caminho para essa discussão. Argumentos técnicos serão dados através do próximo orador.

E encerrando nossas palavras só queríamos dizer que todas as entidades do movimento supra-partidário que em breve nominadas chegarão a todos os deputados, estão abertas para colocar a sua posição nessa importante polêmica que está permeando por toda a sociedade paranaense.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra Sr. Nelson Costa representante da Ocepar.

**O SR. NELSON COSTA**

Senhor presidente e senhores deputados.

A Ocepar teve a oportunidade de se posicionar na CPI do Pedágio na semana passada. Naquela ocasião,

dissemos que: “A rodovia deve ser entendida como serviço público essencial, onde as empresas concessionárias, por adesão, substituem o governo na sua administração e conservação. As rodovias foram construídas com recursos públicos, onde o usuário participou mediante o pagamento de impostos, taxas e contribuições, inclusive específicas para o setor, não excluídas com a implantação do pedágio. A melhoria na infraestrutura deve manter uma relação direta entre o preço que está sendo pago e o benefício oferecido ao usuário. Os custos operacionais dos caminhos decorrentes do transporte devem reduzir proporcionalmente ao acréscimo de custos advindos com a cobrança do pedágio.

Portanto, o pedágio deve ser cobrado em via diferenciada, onde se oferece uma série de benefícios especiais aos usuários, sendo necessário fazer avaliação dos benefícios reais que o usuário vai usufruir.

E, segundo depoimento na própria CPI da semana passada, o custo do pedágio, quando superior a 13% do valor do frete, ele já se torna gravoso para o setor de transporte. Hoje, os preços praticados no Paraná nas praças de pedágio, de 19 a 24% do valor do frete é destinado para o pagamento de pedágio.

Então, dessa forma é evidente que o preço já é gravoso, ou seja a redução da manutenção dos caminhões com a implantação do pedágio, com as melhores rodovias passando de 13%, segundo dados do DNER já são gravosos. Hoje no Paraná o valor adotado já é gravoso para os caminhões.

Os valores cobrados, no nosso entendimento, já estão elevados e já estão inviabilizando algumas atividades tais como a exportação do milho, principalmente agora com a redução do dólar, e a correção dos solos com o calcário. No caso do milho o custo do pedágio entre Foz do Iguaçu e o Porto de Paranaguá equivale a quase 7% do custo operacional de produção e no calcário o pedágio representa quase 40% do valor do produto.

Em termos atuais, com os preços de hoje, das commodities agrícolas, o pedágio representa quase 4,5% do valor do produto final no caso do milho e 2,2% no preço do produto final no caso da soja.

É importante ressaltar que o setor agropecuário é o mais penalizado, pois o valor específico dos produtos é baixo, comparativamente com o setor industrial. Em consequência, o custo do pedágio representa um alto percentual do valor do produto.

A redução da utilização do calcário por parte dos produtores deixou as indústrias da Região Metropolitana de Curitiba em situação difícil e algumas estão paralisando suas atividades.

Considerando que a pauta de exportações paranaenses se concentra no agronegócio, produtos estes volumosos e normalmente de baixo valor, resultando em significativo impacto na economia paranaense, penalizando fortemente o interior do Estado, pois os produtos do agronegócio são dessas regiões e transportados por grandes distâncias.

No ano passado o valor de todas as mercadorias exportadas pelo Paraná, os produtos do agronegócio representam 37% em termos de valor, mas em volume representaram 72%, ou seja: houve necessidade de um maior número de cargas, conseqüentemente, um maior número de passagens em praças de pedágio com um valor maior pago para o transporte desses produtos. Há, também, o gravame de que o transporte regional de curta distância - como de insumos e de animais vivos e de leite para as regiões onde há praças de pedágio muito próximas, onera o custo de produção das empresas que se situam nessas regiões.

Nesse sentido, a Ocepar, juntamente com a Federação da Agricultura, tem desde o ano passado apresentado propostas ao então candidato e depois governador Roberto Requião e também à CPI no sentido de que se venha a reduzir o custo do pedágio para os produtos que apresentam baixo valor agregado.

Dentre essas propostas que apresentamos, uma delas poderá ser a concessão de desconto na tarifa do pedágio, através da implantação do sistema de cobrança unidirecional para o transporte dos produtos agrícolas: fertilizantes, corretivos e outros que apresentem baixo valor agregado; estabelecimento de cobrança diferenciada em função do valor agregado dos produtos; revisão dos critérios de correção anual das tarifas, pois, os contratos estão baseados num critério onde há uma correção por índices econômicos e não pelo critério de custos e serviços efetivamente prestados.

Além disso, sugerimos a constituição de uma agência reguladora estadual de infra-estrutura, com a participação dos usuários, concessionários e o poder concedente, para apoiar e discutir as questões dentro dessa agência reguladora que nós sugerimos que o Estado venha a implantar. Também sugerimos que se promovam estudos detalhados do impacto que é a implantação de novos pedágios ou novas praças de pedágios, que acarretarão a determinadas regiões, como é o caso específico aqui da Lapa, que estará sendo implantado nos próximos dias.

É, finalmente, pedimos ou sugerimos que se estimule a formação de Centrais de Frete junto às principais praças de pedágio e junto ao Porto de Paranaguá, interligado on-line para informar aos transportadores da disponibilidade de outros fretes, principalmente frete de retorno, para que haja uma redução significativa no custo final para o transportador. É importante frisar que nós entendemos que houve melhoria nas rodovias pedagiadas, melhoria da malha rodoviária e que entendemos que é preciso encontrar, no momento, uma equação em termos de custo/benefício para não penalizar setores que estão sendo inviabilizados com o valor da tarifa que está sendo cobrada.

Esta é a posição da Ocepar e nos colocamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Concedemos a palavra ao presidente do Crea, Sr. Luiz Antonio Rossafa.

#### O SR. LUIZ ANTONIO ROSSAFA

Meus cumprimentos ao presidente Stica, a todos os componentes da Mesa Diretiva, senhores deputados.

Nós representamos o Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e nunca nos furtamos a discutir a cidadania e, acima de tudo, o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Sempre que convidado, temos, não só nos manifestado em defesa intransigente dos interesses dos paranaenses, mas acima de tudo, em consolidar um desenvolvimento de inclusão, que tenha um respaldo ético inquestionável. Diria que, só na análise ética da questão do pedágio, falta uma fotografia nos outdoors; o da inauguração das rodovias não foi colocado. Apenas está estampada a fotografia de quando, por motivos talvez estabelecidos num bom programa de planejamento, o Estado e a União simplesmente abandonaram o seu papel fundamental de garantir o direito seguro do ir e vir.

A questão das rodovias extrapolam uma análise meramente econômica. Nós estamos, através dos meios de locomoção, dando a garantia que o cidadão brasileiro, por direito constitucional, possa se deslocar no Estado e no país de maneira segura. Infelizmente esse direito constitucional não tem sido respeitado, porque muitas rodovias efetivamente continuam abandonadas.

Mas a fotografia da inauguração das rodovias nos daria um papel histórico. Num determinado momento, nós brasileiros e paranaenses, fomos competentes, para garantir o direito de ir e vir de maneira segura. De repente, nos descuidamos e criamos então essa interface do serviço público delegado através das concessões. E o que hoje nos falta é a perspectiva de um controle social bastante rígido.

Nós gostaríamos, no Conselho, de ter acesso a números e informações, e talvez receber o convite para auditarmos os custos de quando se faz um serviço público por delegação, porque, historicamente neste País foi dito, que o Poder Público, quando envolvido nas obras, especialmente os da construção civil, pelos meandros da legislação complicada e da própria Lei nº 866, das Licitações, tem um custo exorbitante.

Seria talvez o momento pedagógico de compararmos o custo da revitalização de rodovias e da manutenção de rodovias entre o setor público pelas leis que regem o disciplinamento da aplicação dos recursos públicos e o que o setor privado pode, com competência, fazer em menor tempo e em menor custo. Talvez teríamos o primeiro crivo efetivamente de compararmos o custo dos pedágios, porque o seu impacto para o desenvolvimento do Paraná, já é sentido por todos.

No CREA nós temos um consenso; este estado é rural. Em sendo rural, o seu desenvolvimento passa por uma estratégia de entender as cadeias produtivas de fundamental importância para a nossa competitividade interna e externa. E hoje a Ocepar, a Faep, vários segmentos que têm relação direta com a geração de renda e riquezas nesses Estados, denunciam que o setor perde renda. Os atores envolvidos estão perdendo renda. E se não tivermos um controle rígido sobre os custos, e a razoabilidade do lucro devidamente estampada de maneira transparente a conhecimento de todos, fica uma grande dúvida de que a concessão do serviço público sem o controle não traz a cidadania envolvida nela.

O CREA não tem posição a favor ou contra o pedágio, mas não tem números para dizer se ele tem um custo razoável. Agora, na prática, o que se evidencia numa experiência muito simples, nos impõe um certo receio.

Eu transitava no domingo entre Santo Antonio da Platina e Ibaiti por uma rodovia federal esburacada. Buracos assustadores, em muitos momentos comboios de caminhões em baixa velocidade deveriam ser ultrapassados com extremo risco para mim, que estava ao volante. Por que uma única praça de pedágio, sendo superada por uma rodovia de tantos riscos? E aí me ocorreu uma situação muito interessante, pela falta de transparência: se num momento a União e o Estado tiverem recursos para manter sua malha de responsabilidade em segurança e em qualidade, o desvio das praças de pedágio vai aumentar assustadoramente. Se o número de clientes for drasticamente reduzido, para onde irão os custos das rodovias pedagiadas?

Isto mostra, então, evidentemente, que a opção ainda é pelo buraco e não pelo pagamento de uma rodovia segura, em muitos casos. E é a sobrevivência de alguns setores, é a competitividade que nem sempre está sendo levada em consideração.

Portanto, trago aqui a este Plenário uma posição histórica do nosso Conselho, de participar, se solicitado, mas acima de tudo, de respaldar uma análise técnica e não política, porque não é o nosso papel. Quando aqui estivemos para defender de maneira contrária a privatização da Copel, aqui mencionados que a Copel, por ser uma empresa de controle público, tinha o grande dever de criar um novo ciclo de desenvolvimento para o Estado do Paraná, o ciclo da energia. Hoje, nos posicionamos, aqui, mais um vez que o CREA, sendo solicitado estará à disposição desta Casa e da sociedade paranaense, para criar o balisamento técnico necessário para estabelecer um custo que não onere e nem tampouco venha a contribuir de maneira negativa para a competitividade deste Estado, que efetiva e honrosamente tem defendido, através do seu processo produtivo, o desenvolvimento deste País.

Meu muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Agradecemos a presença do representante do Sindicato dos Engenheiros, da Ocepar, e agora as palavras do doutor Rossafa, do CREA.

Quero registrar entre nós a presença do prefeito de Cascavel, companheiro Edgar Bueno. Seja bem-vindo.

No horário destinado às Lideranças partidárias, concedo a palavra ao deputado Waldir Leite, utilizando o horário destinado ao PPS.

**O SR. WALDIR LEITE**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa e população que prestigia esta Casa, boa tarde.

O assunto que me traz aqui é ligado à saúde, já que o nosso presidente em exercício já falou que nosso secretário da Saúde estará amanhã em Paranaguá. Eu vejo com muita simpatia esta visita do secretário em Paranaguá. Eu já tenho conversado com ele há um bom tempo. E realmente, a postura que ele vem tomando até o momento, é de esperança. Esperança é o que precisamos para a saúde, no litoral, porque a saúde no litoral está doente e há algum tempo, haja vista que a região do litoral, na sua cidade-pólo, que é Paranaguá, tem a menor oferta de leitos na relação por mil habitantes. Ou seja, enquanto a média é de 2,5 a 3 leitos por mil habitantes, Paranaguá está na ridícula média de 1,17.

Quero crer que esta visita do secretário, amanhã, visita esta que foi combinada com este deputado, agenda que também foi combinada comigo, na qual ele irá dar uma volta por todas aquelas casas de saúde de Paranaguá, desde a Santa Casa, o Hospital Infantil e outras mais que existem lá, estará reunido não só com o prefeito de Paranaguá, como todos os prefeitos do litoral, os secretários de saúde, onde - tenho certeza - irão apresentar um quadro triste, um quadro negro na história da saúde do Paraná, porque não é possível que uma região como o litoral, onde começou o Paraná, na verdade onde começou a justiça, onde começou este Estado rico que temos, esteja no estado de abandono que está, em todas as suas áreas, seja na saúde, seja no investimento em turismo, no desenvolvimento industrial, ou seja em qualquer segmento da administração pública, o litoral está abandonado já faz algumas décadas.

Não é possível que uma região que tem portos que tanto ajudam no desenvolvimento do Paraná, estejam abandonados daquele jeito. Não é possível que os milhões que passam pelo faturamento do Porto de Paranaguá nada ou muito pouco fique conosco. O pessoal de Paranaguá fica com os buracos, com a sujeira, com as doenças sexualmente transmissíveis, fica com tudo de ruim, mas as coisas boas pouco têm ficado por lá.

Quando eu e o nosso partido, PPS, resolvemos apoiar o governador Roberto Requião, é porque nele depositamos esperança e confiança. Que ele faça um bom trabalho por todo o Paraná, mas de forma alguma posso deixar de cobrar que as ações prioritárias sejam no litoral, litoral esse que é composto por uma pequenina faixa de mar, onde nossas praias estão cada vez mais abandonadas, cada vez os nossos turistas migram para Santa Catarina. Até o ano passado, nem água oferecíamos aos nossos veranistas. Serviço de esgoto é uma vergonha!

Serviços de eletricidade, sempre faltava! Não é possível que continue assim!

Quero acreditar que essa visita do secretário de Saúde será benéfica, não de imediato, mas tenho certeza que em médio prazo, e vou cobrar dele ações para o litoral, até porque a votação que o governador teve em Paranaguá foi uma das maiores, relativamente em relação às cidades grandes do Paraná. Não podemos deixar de cobrar. Iremos apoiar aqui, sim, o governo Roberto Requião, mas também saberemos cobrar com bastante firmeza ações para a nossa região. Existem 250 mil pessoas que moram naquela região, e estamos abandonados em tudo. O povo não tem oportunidade de nada, e poucas vezes é chamado para conversar com o governo sobre os nossos problemas.

A partir da visita do secretário da Saúde em Paranaguá, quero acreditar que vamos ter uma saúde melhor. Com essa confiança que amanhã estarei acompanhando o secretário Cláudio Murilo Xavier nessa sua andança por Paranaguá. Também estaremos recebendo a visita do deputado Natálio Stica, para, juntos, quem sabe, possamos trabalhar em conjunto e que tenhamos um litoral melhor. Com esse litoral melhor e que se estenda por todo o Paraná melhor.

Concedo um aparte ao deputado Artagão Júnior.

#### **O Sr. Artagão Júnior**

Aproveitando o seu pronunciamento, enquanto deputado representando o PMDB, tenho a alegria de testemunhar que o foco e a maneira de conduzir o governo do Estado modificou-se.

Guarapuava nos últimos quatro meses, já teve a oportunidade de receber a presença de sete secretários de Estado. Recebemos também a visita, na última quinta-feira, do Dr. Cláudio Murilo Xavier, secretário da Saúde, mostrando a sua preocupação, a sua vontade de trabalhar, a sua sensibilidade com relação aos assuntos da saúde.

Nessa oportunidade de melhorar o atendimento da saúde, de melhorar as condições para a população mais carente, o secretário da Saúde reenquadrou o Hospital São Vicente de Paula, que estava caracterizado na segunda categoria de análise do Estado, passando, em função de uma reavaliação, para a categoria três. Em função desta reavaliação, um aumento de repasse financeiro do Estado do Paraná em vinte mil reais mensais, ou seja, de dois milhões e quatrocentos mil reais para três milhões e setecentos e vinte mil reais nos próximos anos.

Sem dúvida alguma é a maneira que o secretário da Saúde quer trabalhar e o foco do nosso governo.

Tenho certeza que essa visita que o secretário da Saúde fará em Paranaguá será proveitosa, em função da preocupação que ele tem demonstrado. O município de Paranaguá e o litoral do nosso Estado serão, com certeza, atendidos em suas solicitações, que são justas.

Muito obrigado!

#### **O Sr. Jocelito Canto**

Permite um aparte, deputado?

#### **O SR. WALDIR LEITE**

Se o presidente assim conceder, pois eu só tenho mais um minuto para concluir.

#### **O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Vou conceder-lhe mais um minuto.

#### **O SR. WALDIR LEITE**

Fique à vontade, deputado Jocelito.

#### **O Sr. Jocelito Canto**

Deputado Leite, quero somar-me ao seu pronunciamento, dizendo que V. Exa. está correto, coberto de razão. A saúde realmente está passando por um momento muito difícil.

Estou requerendo, amanhã, de acordo com aquele decreto assinado pelo governador, pedindo informações de quanto o Estado investiu nas regiões nos últimos oito anos. Que obras físicas fez? Que tipos de investimentos foram feitos na microrregião do Paraná?

Estou enviando ao secretário Cláudio Xavier esse pedido oficial, para saber quanto foi investido em cada região do Paraná; qual recebeu mais; qual recebeu menos.

V. Exa. está coberto de razão. A região de Paranaguá é uma região tipo Ponta Grossa: abandonada e esquecida nos últimos oito anos do governo Lerner. Foi esquecida! Nada se fez no que se refere à saúde.

Hoje, é o quinto dia que não foram instaladas as UTI's em Ponta Grossa! Tem que fazer contagem regressiva aqui, para não esquecerem! Hoje, é o quinto dia que o secretário prometeu que vai instalar dez UTI's em Ponta Grossa! É o quinto! Amanhã vai ser o sexto!

O senhor está de parabéns pelo seu pronunciamento!

#### **O SR. WALDIR LEITE**

Bom, para completar, senhor presidente, a grande verdade é que os problemas que o Estado enfrenta hoje nas suas cidades, não é culpa deste governo que há pouco tempo assumiu, e sim uma série de governos que até agora pouco fizeram pela saúde.

A nossa esperança é que com o governo Requião, realmente atuando com firmeza, com a mesma firmeza que ele teve quando da campanha, ele acabe melhorando, ou na pior das hipóteses, minimizando todos os problemas, não só de Ponta Grossa ou da região do litoral, como de todo o Paraná. É com essa esperança que amanhã estaremos acompanhando o secretário em Paranaguá, mostrando para ele todos os problemas da região, e assim eu espero que ele, vendo *in loco* os problemas, tenha uma atuação bastante firme e rápida para melhorar a saúde de todas as pessoas que moram no litoral.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Horário destinado ao PDT.

(**Declina**)

Horário destinado ao PT.

Com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, deputado Natálio Stica, senhores deputados, caros visitantes, representantes das entidades que vieram fazer uso da palavra no Grande Expediente, nossa saudação à luta do movimento pela redução das tarifas do pedágio em todo o Estado do Paraná. Não somente como deputados, mas como cidadãos paranaenses, esperamos que esse movimento tenha o apoio da sociedade paranaense e que possa lograr êxito. Sabemos da determinação do governador do Estado, do Poder Executivo, de encetar todos os esforços para que as tarifas do pedágio sejam reduzidas, pois não podemos mais continuar sacrificando a produção agropecuária do Estado do Paraná e nem a população de uma forma geral, por esse contrato lesivo e danoso à sociedade, estabelecido, infelizmente, às escuras, com as concessionárias de pedágio de estradas aqui no Estado do Paraná.

Mas hoje, me traz a esta tribuna uma discussão palpitante. Os deputados Jocelito Canto, Plauto Miró e Bradock, que são da cidade de Ponta Grossa, deputado Ribas Carli, já fizeram uso da tribuna e argumentaram. O deputado Ribas Carli é de uma cidade importante do nosso Estado, uma cidade que tem uma base agrícola, é um centro regional de desenvolvimento da região Centro-Sul do Estado do Paraná, que é Guarapuava, e tem lutado nesses últimos anos pelo aperfeiçoamento do ensino, sobretudo o ensino superior naquela universidade, naquela região do nosso Estado.

Encontramos uma situação do ensino superior do Estado do Paraná, senhores deputados, absolutamente desorganizada. O Estado do Paraná tem doze faculdades isoladas. Num projeto de lei que foi votado pela Assembleia Legislativa, foram congregadas numa universidade. A sede em Jacarezinho e os doze institutos isolados espalhados pelo Estado do Paraná inteiro.

Quem conhece uma universidade sabe que do ponto de vista da concepção de universidade, a Unespar não preenche os requisitos necessários para se transformar numa universidade. Vida acadêmica universitária, com certeza os alunos desses institutos não terão. O governo reestuda a possibilidade de modificação nessa universidade. Provavelmente deverá desmembrá-la, criando uma no Norte do Paraná, onde já tem uma tradição, posso congrega numa região próxima os cursos lá existentes, sobretudo de Jacarezinho e da região de Bandeirantes, e os demais cursos isolados existentes, como em União da Vitória, como em Paranaguá e nas outras regiões e o governo estuda duas alternativas: uma, de estimular e fomentar estas faculdades isoladas para que cumpram o seu papel de desenvolvimento regional ou

agregá-las nas universidades públicas existentes, como Universidade de Maringá, Universidade de Cascavel, Universidade de Ponta Grossa e a Universidade de Londrina. Restando ainda aqui o litoral e as duas faculdades de artes que existem na capital do Estado, podendo, ou serem agregadas à Universidade Federal ou à Universidade de Ponta Grossa, porque a distância e a vida universitária teria sentido para esses institutos.

No entanto, a realidade do ensino superior no Estado é terrivelmente caótica. Nesses oito anos de governo do Estado do Paraná, na gestão passada, a UEL, a UEM e as universidades de maneira geral não receberam nenhum centavo do ponto de vista de reestruturação dos seus campi universitários.

O governo do Paraná deixou de corresponder uma expectativa do ensino superior que o governo federal ainda na administração do Fernando Henrique Cardoso, liberou 500 milhões de reais para o ensino público superior em todo o Brasil, com prazo de carência de dois anos e juros de 6% ao ano para as universidades que tomassem empréstimos, e elas praticamente não tomaram.

O Estado do Paraná fez um projeto para obter 80 milhões junto ao BNDS.

#### (**Passa a usar o Horário da Liderança do Governo**)

O governador Jaime Lerner e o secretário de Ciências e Tecnologia, infelizmente não viabilizam esse empréstimo para as universidades. Nenhum tostão saíria do governo do Estado do Paraná! Nenhum centavo do Tesouro! Apenas, com a prestação de serviços que essas universidades fazem à comunidade, a Receita seria suficiente para pagar esse empréstimo: carência de dois anos juros de 6%.

Nenhum empréstimo foi realizado. Não sei se foi incompetência do secretário do governo passado, mas a realidade é esta. Os campi universitários estão esperando os recursos para desenvolver as suas infra-estruturas.

Na Universidade de Maringá, deputado Ribas Carli e na Universidade de Londrina, V. Exa. que tem alguma afinidade com a área da saúde, porque tem uma formação na área de bioquímica, são três departamentos que estão praticamente fechados, laboratórios construídos, um de hemodinâmica, outro eu tenho os nomes, mas três na Universidade Estadual de Londrina e um na Universidade de Maringá. Esses quatro laboratórios, essas quatro unidades foram construídas e os materiais foram adquiridos para o seu funcionamento no ano de 2001 e 2000 e estão fechados até agora, porque a implementação desses serviços para melhorar o funcionamento desses dois hospitais universitários, necessitam de um suporte financeiro na ordem de seis milhões e duzentos mil reais.

O Paraná gasta no ensino superior hoje, do orçamento que está previsto na Assembleia Legislativa, aprovado no ano passado, quatrocentos e vinte e dois milhões de reais.

A previsão para custeio e pagamento de pessoal, déficit que será nesse ano de 2003, chega à ordem de trinta e três milhões de reais!

No entanto, como a Unespar foi criada, como a autorização para os cursos de Teatro, de Música e de Psicologia na Universidade de União, que foram autorizados a toque de caixa pelo governo passado, a autorização para a implementação do curso de Medicina, realizada em 2001 e 2002 na cidade de Ponta Grossa, o Paraná não prevê, do ponto de vista de orçamento, não tem condições para arcar com o custo da implementação de um Hospital Universitário.

Entendo e participei de uma reunião com a comunidade de Ponta Grossa e diria a vocês, hoje, que a Universidade de Ponta Grossa, pela sua qualidade, pelos serviços que presta à região dos Campos Gerais, com o curso de Enfermagem, com o curso de Ciências Biológicas, com o curso de Farmácia Bioquímica, com o curso de Odontologia, aquele complexo universitário está pronto para receber um curso de Medicina para completar o seu ciclo do ponto de vista do desenvolvimento das pesquisas e do ensino na área da Saúde e na área Biomédica.

No entanto, a realidade financeira do Estado e a perspectiva de não termos um funcionamento a contento para a prestação desses serviços para a comunidade, a suspender temporariamente a realização desse curso. Quarenta alunos fizeram vestibular em julho do ano passado e começaram as aulas agora neste mês de janeiro. Desses quarenta alunos, trinta e dois são aqui do Estado do Paraná, sendo onze de Ponta Grossa, dez de Curitiba e os demais de outras regiões aqui do Estado do Paraná e apenas oito de fora do Estado.

Se vocês me perguntarem: mas é importante o curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa? Eu acho que é. Qualquer deputado, qualquer cidadão que pensa no sistema de ensino por aquela Universidade, de forma como ela está constituída, pela sua tradição acha que é importante. No entanto hoje o governo do Estado, pelas deficiências que tem no ensino superior no nosso Estado, do ponto de vista financeiro, não tem condições, sob o ponto de vista de garantir um critério de qualidade para a implementação desse curso, de manter o curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa.

O que nós estamos pensando em fazer?

O governo, temporariamente, está suspendendo a manutenção desse curso. Os reitores de Universidades Públicas Estaduais de todo o Brasil vão fazer uma reunião com o ministro da Educação, Cristóvão Buarque, e vamos solicitar, porque a função do ensino público de terceiro grau é uma responsabilidade da União. No entanto, como a demanda cresceu nesses últimos anos e a pressão se estabeleceu em diversas Unidades da Federação, vários Estados, sobretudo o Paraná arcou com essa responsabilidade em um determinado momento da sua história. E o que vamos argumentar com o ministro da Educação, Cristóvão Buarque? Que 20% do custo dos

alunos de ensino superior público dos Estados, que o governo federal repasse como um recurso para as Unidades da Federação.

Para vocês terem um idéia quanto isso representa, o custo médio de um aluno em uma universidade pública estadual, por exemplo em Londrina, Maringá ou no Rio Grande do Sul ou em São Paulo, é na ordem de cinco mil reais. Isso o custo médio! Então, nós vamos reivindicar um mil reais por aluno para todo o território nacional, o que daria o equivalente, hoje, a perto de trezentos e oitenta milhões de reais que o MEC teria e o Ministério da Fazenda teriam que agregar para o Ministério da Educação repassar para as unidades da Federação.

Com isso, o Paraná teria aí um acréscimo nas suas receitas na ordem de sessenta milhões de reais, porque de todos os Estados da Federação, quem mais investe em ensino superior é o Paraná, e nós gostaríamos que a Federação contribuísse para o desenvolvimento universitário aqui do nosso Estado.

Então, estamos marcando uma audiência com o ministro Cristóvão Buarque e também marcando uma audiência com o ministro Antonio Palocci, para que possamos, como governo brasileiro, o Estado do Paraná e a cidade de Ponta Grossa, que faz um esforço e todo o empenho para a implementação desse curso, para que em um curto prazo de tempo possamos ver realizado o sonho, não só dos habitantes dos Campos Gerais, mas de toda a população do Paraná, que é de ter um bom curso de Medicina funcionando naquela cidade.

Concedo um aparte ao deputado Ratinho Júnior.

### **O Sr. Ratinho Júnior**

Muito obrigado, deputado Ângelo Vanhoni.

Realmente o que o senhor está falando, nós estamos vendo o problema que o governo do Estado está passando em manter essas universidades estaduais. E o que o senhor falou é muito importante, inclusive amanhã eu vou estar com o ministro José Dirceu e já estava em pauta esse assunto, porque eu não entendo porque o Rio Grande do Sul tem seis universidades federais e o Paraná só tem uma. Nós queremos saber o porquê desse desprestígio que o Estado do Paraná tem perante a união dos outros governos.

Então, acredito que é válido isso que o senhor está falando, isso foi uma idéia do Bloco Independente, de colocar e fazer uma campanha urgente que a União assumia; poderia assumir a UEL ou assumir a UEM, uma universidade de grande porte do Estado do Paraná que esse dinheiro viesse para uma dessas universidades. E esse dinheiro que o Estado do Paraná vai deixar de investir nessas universidades poderia até criar outras ou investir, melhorar as outras que nós temos.

Então, eu quero dizer que nós, do Bloco Independente, estamos de acordo, e que poderíamos juntar os deputados federais para que comecem uma campanha e vamos brigar, não é possível perdermos mais de um ano e meio dos formandos, dos estudantes de Medicina de

Ponta grossa, que investiram tempo, investiram inclusive estada em Ponta Grossa.

Então, temos que brigar, torcer e fazer com que essa universidade não feche, e melhorarmos as outras que têm no Estado do Paraná.

#### **O Sr. Barbosa Neto**

Deputado Ângelo Vanhoni, apenas para complementar o que disse o deputado Ratinho Júnior, sugerir pela importância que tem a Universidade Estadual de Londrina e até estrategicamente localizada no interior do Estado, uma população de cerca de dois milhões e meio de habitantes. Já é uma reivindicação antiga que pudéssemos discutir aqui para que o deputado Ratinho Júnior levasse até o conhecimento do ministro José Dirceu essa reivindicação, para que a Universidade Estadual de Londrina fosse federalizada, já que o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso e tantos outros Estados da região Sudoeste e Centro-Oeste têm as suas universidades federais e o Paraná como disse o Ratinho Júnior, está desprestigiado com relação ao governo.

Era essa a sugestão que eu gostaria de colocar.

#### **O Sr. Jocelito Canto**

Deputado Vanhoni, eu gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer da satisfação da sua pessoa ter ido a Ponta Grossa, interessando pela causa, que não é só nossa, dos deputados de Ponta Grossa, mas de toda a comunidade.

Eu gostaria de, publicamente, diante desta Assembleia render as minhas homenagens a V. Exa. por ter ido a Ponta Grossa, se interessado pelo problema discutido, e já não é a primeira vez que V. Exa. faz isso. Receba aqui as homenagens do povo de Ponta Grossa, dos Campos Gerais.

E, ao mesmo tempo que concordo plenamente com V. Exa., acho que precisamos ter é mais força federal, precisamos ter pelo menos uma universidade, quem sabe a Universidade de Londrina possa ser federalizada, e com isso, como bem disseram os deputados Ratinho e Barbosa Neto, nós automaticamente teríamos mais recursos para as universidades.

E o que queremos estamos preocupados com a questão política; queremos é resolver o problema.

Hoje eu conversava com um grande advogado aqui, do Brasil, e ele me dizia que o ato do governador Roberto Requião é um ato que pode judicialmente trazer problemas para o Estado do Paraná; os estudantes têm o direito quando se inscreveram, quando transferiram suas residências, estudantes do Brasil inteiro, não é só de Ponta Grossa.

Então, há um direito adquirido desses estudantes que participaram, que fizeram lá o vestibular, que se inscreveram, que estão estudando há mais de 60 dias; não é um curso que não iniciou, é um curso que está em andamento, tem professores, está no orçamento.

Então, mais uma vez, e o que mais me preocupa, deputado Vanhoni, V. Exa. como líder do Governo nesta Casa, tem procurado inibir qualquer tipo de conotação ao governo, mas é importante dizer, nós estamos aqui na defesa do governador, dizer que esse ato que ele tomou ontem, que é necessário, devido à questão orçamentária, que o senhor colocou, é um ato que afronta o povo de Ponta Grossa, todos aqueles que votaram no Requião.

Hoje ouvi pessoas dizendo: Arrependi-me de ter votado no Requião lá em Ponta Grossa.

Então, este sentimento que nós estamos vendo nas ruas da cidade, amanhã há uma campanha de luto, há uma campanha de carros com adesivos de luto, as empresas vão começar a colocar luto, quer dizer, para nós é constrangedor o que estamos passando e eu mais uma vez reitero a V. Exa. que tem nos ajudado, tem sido um companheiro de Ponta Grossa, tem sido um verdadeiro líder deste governo, que V. Exa. continue lutando com o governador, porque decreto não publicado é decreto nulo, por mais que o governador tenha assinado, não está publicado. Que o governador pense bem, dê tempo ao tempo. A Câmara de Vereadores de Ponta Grossa, deputado Vanhoni, está se propondo, está tirando dinheiro da prefeitura que o presidente economizou, a Câmara de Ponta Grossa é uma das mais econômicas deste país, é a que menos gasta, está tirando dinheiro do orçamento que economizou para pagar o curso de Medicina este ano.

Não tem melhor ajuda que uma prefeitura poderia dar...

#### **O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Quero lembrar ao orador que usa a tribuna que já passaram mais de cinco minutos, e pela importância do tema, vou conceder apenas mais dois minutos, a não ser que a Oposição ofereça o seu horário.

#### **O Sr. Jocelito Canto**

Só queria concluir, senhor presidente, nós estamos tratando aqui de um assunto tão importante para o Paraná e tão importante para a nossa região e eu queria pedir ao deputado Ângelo Vanhoni que levasse em consideração esse desprendimento de Ponta Grossa. Ponta Grossa tira dinheiro do município que não tem, que é dinheiro lá do dia-a-dia da cidade e coloca, porque acredita no curso, que a gente não quer discutir aqui a questão política.

Nós sabemos, eu falei hoje ainda a questão do que aconteceu no passado, mas não queremos discutir isto, queremos que não nos tirem um sentimento que é nosso, que desde 1968 estamos lutando por este curso que se conseguiu agora. Nós queremos, deputado, que o senhor continue nos ajudando e que os demais deputados desta Casa nos ajudem, porque esse é um sentimento de tristeza do povo de Ponta Grossa. Eu jamais quero pensar que o governador Requião seja lembrado como o governador que fechou o curso de Medicina em Ponta Grossa. Vai ser triste para ele, vai ser triste para o povo do Paraná.

Muito obrigado, deputado Vanhoni, pelo aparte e mais uma vez eu tenho orgulho de tê-lo como nosso companheiro, como deputado aqui, como líder desta Casa, que tem feito até coisas que o governador não tem feito. O governador não foi a Ponta Grossa discutir a questão da saúde; V. Exa. foi. Foi lá solidário à nossa causa e por isso nós queremos lhe agradecer de público aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Respondendo aos apartes que foram oferecidos, queria dizer ao deputado Jocelito Canto. Veja o governador do Estado do Paraná, e você conhece bem o Roberto Requião, ele tem carinho especial pela cidade de Ponta Grossa. O governador, ao tomar uma medida como esta, não pense que foi uma decisão fácil. Ele vem, estudando, vem discutindo, vem acompanhando a evolução do problema nesses últimos dois meses.

Então, tomar uma decisão como esta não é uma decisão fácil, mas o senhor pode ter certeza, o Requião tem compromisso com a educação pública do nosso Paraná, tem compromisso com a valorização do magistério, do ensino médio, do ensino superior. Esta preocupação de valorização, de qualificar melhor os nossos profissionais, sobretudo na área da educação e da saúde, é uma preocupação do Requião. Quem conhece o governador Roberto Requião sabe disso.

As melhorias no sistema de ensino público superior vão acontecer no Estado do Paraná. O Paraná vai novamente fazer pesquisa, novamente vai ter um corpo docente qualificado e estimulado para a produção intelectual e para a difusão do saber nessas universidades e o senhor pode ter certeza, nós vamos buscar uma alternativa para que, num curto espaço de tempo, Ponta Grossa possa realizar o sonho que é seu e de todos dos Campos Gerais, que é o de completar o círculo na Universidade de Ponta Grossa, introduzindo os cursos de Medicina. Se não conseguirmos via Estado do Paraná, com parceria com o governo federal, talvez a gente consiga um caminho para viabilizá-lo.

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Muito obrigado, deputado Ângelo Vanhoni.

Com a palavra, no Horário da Liderança do PP, o deputado Fernando Ribas Carli.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. É sempre agradável ouvir as palavras equilibradas do Líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, com suas colocações pontuais, mas muito precisas dos assuntos que levanta hoje, em especial na questão da educação.

Tendo em vista que o deputado Vanhoni sempre se dedicou à educação, presidente da Comissão Permanente de Educação desta Casa, conhece os meandros da educação em todos os seus níveis, fez colocações perfeitas.

Eu queria, com a devida vênica, deputado Vanhoni, fazer algumas colocações.

Em primeiro lugar, somos sabedores de que o Estado do Paraná, proporcionalmente ao seu Produto Interno Bruto, é o Estado que mais investe no ensino superior. Nem mesmo São Paulo, que tem um número maior de instituições públicas estaduais de ensino superior, gasta o que o Paraná gasta com o ensino superior em todas as instituições mantidas no Estado. É importante lembrar valores. Em 1994, do governador Mário Pereira, “Nove Meses”, mas em um orçamento que foi elaborado pela equipe do ex e atual governador Roberto Requião, realizou-se um orçamento naquele ano de setenta e poucos milhões de reais, em gastos para o ensino superior. Em 2002 foi realizado um orçamento de mais de 380 milhões de gastos com ensino superior. Se fizermos um cálculo percentual, vamos chegar a um índice de 450% de aumento. Esse foi o aumento que aconteceu nos gastos com ensino superior. Por isso, a expansão das universidades. Por isso, a criação de cursos e instituições e também o aumento significativo do número de mestres e de doutores, que conseguiram esses títulos em função do apoio principalmente financeiro que o governo do Estado, através da Secretaria de Ciências e Tecnologia, deu a esses mestres.

Quero dizer a todos os deputados, que temos problemas, e problemas graves, no ensino superior do nosso Estado. Quero dizer aqui, fazer essa colocação da mesma maneira que fiz no governo passado, quando eu fazia parte da base de sustentação do governo. Hoje, todos sabem que faço parte da pequena bancada de Oposição desta Casa. Os problemas existem no ensino superior.

Vou dar um dado, deputado Anibelli. Custava um aluno da Universidade de Londrina, em meados do ano passado, em torno de mil e cem reais/aluno. O deputado Vanhoni eleva o custo médio. Não chega a isso, deputado Vanhoni. Quicá, o governo federal aceite esse custo médio de cinco mil reais e nos repasse 20% que ele cobre o maior custo, que é hoje o que gasta Londrina/aluno.

Tenho um dado que é importante levantar e foi motivo nesta Casa, no ano passado, de um requerimento de minha autoria e do deputado, hoje, 1º secretário desta Casa, Nereu Moura, no qual constituímos uma Comissão Especial de Investigação, para averiguar os gastos das instituições, porque recebemos diversas denúncias de escândalos, de super salários, presidente Natálio Stica, de gastos em construção, de locais, na Universidade de Londrina, mais precisamente no setor de Veterinária, Uma construção custou, deputado Bradock, a bagatela de mil e quinhentos reais, o m2. Constituímos essa comissão para avaliar e investigar onde estão sendo gastos esses recursos. O que saltou aos olhos, senhores deputados, foi a quantidade de funcionários. Para que os senhores tenham uma idéia, deputado Pedro Ivo, a Universidade de Londrina, para cada aluno, tem quatro professores e funcionário. Vejam a proporção! Aí, vamos chegar em Maringá, em torno de cinco, cinco e meio funcionários por aluno.

na Unioeste vamos chegar em quinze alunos por professor. Na Universidade que a sede é na minha cidade, ela chega a trinta alunos por professor e funcionários. Então é um disparate muito grande! Nós precisamos fazer esta averiguação, porque o governo, todos nós estamos pagando esta conta, nós temos que verificar onde está indo o dinheiro!

Nisto eu concordo plenamente com o deputado Vanhoni, concordo plenamente com o governador Requião, com a atual política. Vamos ver onde estão sendo gastos.

Agora a questão dos novos cursos, eles são necessários e não são tão significativos estes custos, e mais, deputado Vanhoni, os 80 milhões que eram fruto de empréstimos do BNDS, o que houve na verdade foi o encaminhamento por parte das instituições e não a liberação do BNDS, talvez por culpa do governo federal. Mas, se nós avaliarmos que para todas as universidades eram 80 milhões de empréstimos, presidente Stica mas, em contrapartida o Estado gastou e pagou 380 milhões! Está no orçamento para este ano 420 milhões!

Então é minha proposta, deputado Vanhoni, para que reativemos esta Comissão Especial de Investigação para verificarmos como estão sendo gastos estes recursos, onde estão sendo gastos, se é na construção, se é na manutenção, se é no pagamento de salários. Nós temos esse dever, esta Casa tem este compromisso com a sociedade. Nós temos que verificar porque são gastos expressivos, realmente, do dinheiro paranaense.

Então eu quero com isso, deputado Vanhoni, convidá-lo para que juntos reativemos esta Comissão Especial de Investigação e para que possamos trazer à luz, para podermos dar clareza, transparência a estes gastos. E quero repetir aqui o que já disse, o Paraná é um Estado que investe muito em educação, em ensino superior. Todos nós sabemos; isso é histórico.

Quero reafirmar, com todas as letras, o que disse quando da instalação da Comissão e durante o período que nós trabalhamos: As instituições de ensino superior bancadas ou mantidas pelo governo do Estado usam a autonomia das universidades para torná-las uma verdadeira caixa preta. Tanto isso é verdade que o governador do estado e o secretário de Ciência e Tecnologia não têm conhecimento da folha de pagamento dessas instituições. É da autonomia do reitor gerir estes gastos.

Com isto encerro as minhas palavras, senhor presidente e conclamo a todos os deputados para que façamos este trabalho no sentido de averiguar como está sendo gasto o dinheiro dos paranaenses.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Esta Casa anuncia, com satisfação, a presença do primeiro suplente a deputado estadual, Nelsinho, de Prudentópolis e dos vereadores da cidade da Lapa, Valmir Purga e Renato Afonso.

Com a palavra no horário do PMDB, seu líder, deputado Antonio Anibelli.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Dois assuntos polêmicos hoje nesta Casa fazem a vibração dos parlamentares e da população, matéria para os jornalistas, com a presença dos segmentos da sociedade defendendo a redução do preço do pedágio.

Quero saudar os companheiros do movimento suprapartidário desta campanha para redução do pedágio intitulada “Xô Pedágio” e dizer do nosso engajamento nesta campanha.

Sempre estivemos presentes nas reuniões aqui nesta Casa, nas cancelas da cobrança do pedágio, nas reuniões fora desta Casa, às vezes delegando a companheiros de nosso partido ou de outros partidos da coligação para que nos representassem, o governo do Paraná, em Cascavel, Ponta Grossa, Londrina, e dizer que o governador tem um compromisso político e moral com a população, e custe o que custar, reduziremos o pedágio, ou acabaremos com ele antes que ele acabe com o nosso Estado. Um Estado tão rico de um povo tão trabalhador e tão bom, de um sucesso maravilhoso no nosso plantio e na nossa colheita exportando. O nosso País já é hoje o maior produtor de soja do mundo. Só que deixamos parcela do lucro do nosso agricultor. Chega, o lucro dos bancos que têm a maior rentabilidade do mundo também neste País. E que possamos com responsabilidade, com retidão, reduzirmos esse pedágio.

Mas quero dizer também aos companheiros deputados de Ponta Grossa que, ao lado do Líder do Governo, Vanhoni, ao lado do Jocelito, do Plauto, com o reitor da Faculdade de Londrina, com nosso secretário de Assuntos de Ensino Superior, queimamos todas as etapas para termos uma solução pacífica para a população de Ponta Grossa. O governador dizia hoje pela manhã, que ele entristecido e sabendo que era uma das coisas mais difíceis que ele fez até hoje no governo, ele teve que assinar um decreto suspendendo o curso de Medicina. E justificava o porquê desta atitude: o fez pela irresponsabilidade da criação de cursos em épocas eleitorais. Faculdades que se criaram neste Estado e neste País como moeda de troca de apoio político. Sabemos de quantos deputados federais neste Brasil ganharam faculdades neste Estado do Paraná e que exploram a população! Os cursos são, às vezes, os mais ineficientes possíveis, ineficazes para a nossa formação cultural.

Somos um Estado eminentemente agrícola, Estado que está se tornando industrial. Precisamos fixar o nosso homem no interior levando cursos. Não acabamos com colégios agrícolas, mas fazendo escolas técnicas valorizando os colégios agrícolas.

É neste momento que temos que lembrar da irresponsabilidade dos governos, não só estaduais, mas federais. O Paraná que teve três ministros da Educação: Suplicy, Ney Braga e Euro Brandão, todos de saudosa

memória, mas entristecidos com suas passagens pelos Ministérios de Educação e da Agricultura em Brasília. Não fizeram como os gaúchos catarinenses, cariocas, mineiros, que têm, parece que Minas tem 12 Universidades. O Rio Grande do Sul, 8. O Paraná que é pioneiro na criação da primeira Universidade Federal, Curitiba a primeira capital universitária do Brasil.

Vejam senhores deputados, passamos por Brasília e deixamos o descrédito à nossa gente. O nosso Estado é um Estado novo e a nossa memória é curtíssima; esquecemos do passado.

Por isso faço um alerta aos nossos companheiros do PT, ao nosso governador Roberto Requião, Lula, que não passemos para a história deixando atrás um rastro triste e que o nosso povo fica carente da responsabilidade do governo federal. Temos que batalhar, senhores deputados de todos os partidos. Já perdemos um ministério em Brasília, perdemos a indicação de um dos três nomes do Supremo Federal. Agora temos que encetar uma grande, campanha com a Gazeta do Povo, com a imprensa, com os deputados federais, estaduais, ministros, senadores, Itaipu, para que o presidente Lula devolva ao Paraná aquilo que o nosso povo tanto tem dado ao Brasil, para que ele contemple o nosso Estado federalizado 1, 2 ou 3, porque temos muito crédito a nível nacional. Talvez em Londrina, Maringá, poderia resgatar Ponta Grossa.

Talvez o nosso companheiro do PT, que lutou bravamente para que continuasse esse curso de Medicina. ontem eu dizia a ele, vá ao Lula, vá pedir a ele porque você está numa situação difícil, o nosso Estado, o nosso governador, a nossa Assembléia, precisamos do engajamento de toda a sociedade nesta luta que não é minha.

Agradeço as palavras do Ratinho, do Barbosa Neto, que lembraram, porque isso tenho falado sempre: o Paraná foi esquecido, relegado a um segundo plano. Um estado rico, um povo maravilhoso, um Estado cristão de gente trabalhadora e devota. Nós precisamos responsabilidade dos nossos governantes.

Vamos, a partir de hoje, dar início a esta campanha para federalização das nossas universidades, para que não possamos voltar, a esta Casa, entristecidos com o fechamento da faculdade, mas com responsabilidade do governador Requião. Tanta coisa difícil ele fez, não foi fácil fazer voltar a Copel, a Sanepar, revogar contratos, expor pessoas, fechar bingos, baixar desemprego. Pior do que aconteceu foi o governador, entristecido, que nos dizia, hoje: “Entristecido, sei que foi muito difícil, mas tive que governar, enfrentar atos e ter responsabilidade. E eu tenho a responsabilidade que o povo me deu em governar bem este Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

No Horário da Liderança do PFL, concedo a palavra ao deputado Rafael Greca.

**O SR. RAFAEL GRECA**

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo o horário destinado à Liderança do meu Partido, para fazer memória do eminente cientista Dr. Newton Freire-Maia, que faleceu nesta capital do último final de semana. Eminente cientista formado em Odontologia, dedicou-se à pesquisa da Biologia e da Genética, uma ciência novíssima desde 1951, quando veio a Curitiba para fundar o Departamento de Genética da Universidade Federal do Paraná, então, recentemente federalizada. A única universidade federalizada do nosso Estado, o foi há 50 anos atrás, em comemoração aos cem anos da emancipação política do Paraná de São Paulo.

O professor Freire-Maia foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; foi presidente da Sociedade Brasileira de Genética e era membro da Academia Brasileira de Ciências. Venceu o Prêmio Nacional de Genética, sendo notável o conjunto da sua obra, onde brilham trabalhos em detalhamento das consequências com casamentos consanguíneos e os estudos das displasias ectodérmicas. Ele representava o Brasil na Organização Mundial da Saúde - que tem sua sede em Genebra, na Suíça. E na cerimônia dos 90 anos da Universidade do Paraná, que se deu em 19 de dezembro de 2002, o professor ainda foi homenageado, porque, aposentado, ainda trabalhava e se dedicava à pesquisa científica.

Newton Freire-Maia nasceu em 1918, em Boa Esperança / Minas Gerais. Militou no Partido Socialista Brasileiro; foi candidato a deputado federal; retirou-se da política perseguido pelo regime militar. É notável a sua conversão à fé católica, da qual fazia questão de dar testemunho público. Era meu amigo pessoal e a mim e à Margarita, dizia: “eu cheguei a Deus através da ciência, códigos da genética são livros escritos por Deus. Os códigos da genética são cartas divinas escritas com as letras da vida”.

Dr. Freire-Maia foi casado em primeiras núpcias com dona Flávia Freire-Maia, com quem teve os filhos Newton Júnior, já falecido, Regina Flávia, Fátima e Marco, a quem o Paraná apresenta condolências. E deixa viúva a ilustre professora Eleidi Chautard Freire-Maia.

Perdem o Paraná e o Brasil uma das mais brilhantes inteligências científicas, um servo de Deus, um humanista convicto, uma personalidade de fé nos irrestritos horizontes da vida. O professor Freire-Maia mereceu exéquias na capela da Reitoria da UFPR e foi sepultado no Cemitério Iguaçu, nesta cidade de Curitiba no último domingo, 11 de maio.

Homens como ele não morrem; entram para a história e para a eternidade, e é por isso que, hoje usando este espaço em nome do Paraná e dos paranaenses, faço justiça e memória.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Horário destinado ao PSDB.

**(Declina)**

Horário destinado à Liderança da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, estou aqui aguardando a chamada do PTB. Apenas para fazer um registro, se V. Exa. me permitir. Duas questões: a primeira me soa como se fosse o Pavarotti que estivesse cantando hoje aqui para nós, esse tenor, porque ouço nas palavras do deputado Vanhoni, e nas palavras do ilustre líder do PMDB as mesmas palavras que falávamos daquela tribuna, quando às vezes, esta galeria estava lotada e que os funcionários e os professores das Universidades reivindicavam aqui nesta Casa. Que o Paraná estava sobrecarregado com o ensino superior, que é uma atribuição do governo federal e que o Paraná não suportava as despesas. Agora, quero ter essa preocupação ao longo do exercício deste meu mandato.

Exercer o exercício da minha função como opositor, mas com muita responsabilidade, para que depois, se um dia eu voltar a ser governo, eu não tenha que voltar atrás no que eu falo.

Senhor presidente, senhores deputados. Por muitas vezes eu vi aqui nesta Casa, como disse o ilustre líder aqui, os reitores das Universidades que estiveram na sala da Liderança do Governo quando eu exercia esse cargo, reivindicando esse empréstimo do BNDES. Nós reuníamos as lideranças e não recebemos o apoio devido para aprovação desse empréstimo para as universidades. Essa é a grande realidade.

A segunda realidade, a grande verdade é que quando a gente está na Oposição, o discurso se torna muito fácil. Está aí o exemplo do presidente Lula. Muito do que ele falou está tendo agora que chamar os radicais do PT e enquadrá-los, porque, do que falou, não serve para o Brasil. Servia para o momento político. Não serve para o momento de governar. Esta é a grande verdade.

Mas eu ouvi muitas vezes aqui, senhor presidente, senhores deputados, e eu não quero cometer esse erro e quero que Deus me proteja, daquela tribuna ali, muitas pessoas defendendo a autonomia das universidades. E nós, com toda a responsabilidade que procuramos ter na nossa conduta política e na nossa vida pública, sempre víamos isso com grande preocupação. E essa caixa preta, que existe hoje nas universidades, que nem o governo conhece a folha de pagamento das universidades, é fruto do discurso da autonomia das universidades. Essa é a grande verdade!

Ninguém pode cuidar, ninguém conhece, ninguém fiscaliza e é isso que acontece com nosso ensino superior. E nós cansamos de ser vaiados daquela tribuna, quando lamentávamos.

Senhor presidente, eu fui o líder que conduziu as negociações de uma antiga reivindicação das universidades federais aqui do Estado e o ilustre deputado Carli era o chefe da Casa Civil, o qual contribuiu, e muito, para que nós implantássemos aqui o Plano de Cargos e Salá-

rios para as universidades estaduais, o que há muitos anos era reivindicado.

Então, não aceito a posição do deputado Vanhoni quando ele diz que pegaram um problema com as universidades, com o ensino superior. Este problema já existia. Apenas quando falo que estamos gastando com ensino superior, temos que mudar o vocabulário e dizer que estamos investindo em educação. Não é gastar em educação. É investir em educação.

E o último assunto, para não estourar o tempo, senhor presidente, estou vendo V. Exa. e vários parlamentares com o dizer “xô, pedágio”. Quero dizer aos senhores parlamentares que estão com o adesivo que eu não vou colocá-lo. Primeiro, porque em tese eu defendo o pedágio, com algumas coisas que devem ser mudadas, principalmente sobre a questão dos transportadores, os caminhões, quero dizer. Mas, quero dizer aos senhores parlamentares e aos senhores do movimento que aqui estão: podem retirar o crachá “xô, pedágio”. Ou V. Exas. não estão acreditando na palavra do governador Roberto Requião? Eu estou acreditando! Lembro-me como se fosse hoje, no debate do segundo turno, quando o então candidato a governador, Álvaro Dias, disse o seguinte: “eu vou constituir uma comissão para investigar, para verificar se há irregularidades”. Roberto Requião, com sua eloquência e sua sabedoria, respondeu na hora, quase matou Álvaro Dias com aquilo, no debate: “quem constitui comissão, não quer resolver problema; eu entro no Palácio e acabo com o pedágio”.

Quero dizer aos senhores que a palavra de um homem que tem aprovação do povo do Paraná para ser governador, para mim é uma escritura pública. Não coloco este adesivo. Respeito V. Exas, mas continuo acreditando, apesar de que muito tempo já passou, de que a palavra do governador Requião não foi simplesmente um arrojo. Foram palavras com responsabilidade, tenho certeza que V. Exas não precisarão estar aqui pressionando o governador: ele vai tomar esta atitude. Ele vai honrar sua palavra, porque para nós, paranaenses, é importante que o governador do Estado honre com sua palavra. Por isto, não estamos com isto no peito, no coração. Mas, certamente temos certeza de que o governador Requião, ao contrário do que disse o líder do Governo, que vai baixar o pedágio, não é isto o que foi falado em campanha política. E, olha, esta história de que o que eu falei na campanha não vale para quando se estiver governando, eu já estou vendo o exemplo do Lula.

Uma pergunta que quero fazer aqui, porque virou moda. Tudo o que falamos não vale. Quero fazer uma pergunta ao deputado Vanhoni e temos que esquentar o debate. Acho até que a Oposição não está exercendo sua função, apesar de que combinamos “dar um tempo”; mas, fazer uma pergunta: o desconto aos inativos. Vi na Veja ou Isto É esta semana uma carta do Zé Dirceu, respondendo a um inativo do Rio de Janeiro, dizendo que ele era contra o desconto dos inativos. Então, o que nós falamos lá, não serve para governar aqui.

Então, senhor presidente, continuo acreditando no que disse o governador Requião: terminar com o pedágio é o seu compromisso!

**O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)**

Apenas para refutar parte do discurso do deputado Rossoni, no sentido de dizer que aquilo que eu disse na campanha não vale mais, quando se refere ao presidente Lula. Todo o programa tem sido defendido e encaminhado pelo governo Lula, pelo presidente da República, inclusive a carta aos brasileiros, que foi uma carta eleitoral, falava da reforma da Previdência, de uma transição moderada. A inflexão em relação ao programa foi feita ao longo dos 32 anos do PT. A reforma tributária, a reforma previdenciária, e principalmente, falava da questão de honrarmos os contratos para migrarmos de uma situação desfavorável para uma situação favorável de desenvolvimento econômico.

No entanto, é claro, há aqueles que não entendem a política como algo imutável. E V. Exa. não faz parte desse grupo. Política é algo mutável. O PT mudou ao longo dos 22 anos. Quem optou por não mudar foi para outro Partido à esquerda do PT. O PT é um Partido que dialoga. Essa comparação que V. Exa. aponta em relação ao governador, não procede por dois motivos. Primeiro: que de fato o governador vai cumprir. Segundo: que não houve uma promessa de campanha do governador Lula que faria isso ou aquilo, que não vem sendo implementada.

Veja, vivemos um momento grave da Nação, independente das posições políticas. Sem dúvida nenhuma, e o PT tem dado exemplo disso, de diálogo com todas as forças políticas, inclusive o Partido de V. Exa. que faz parte da base do governo Lula, exatamente por compreender que ele está honrando o seu programa de governo.

Queria dizer mais ainda, em relação à questão do pedágio. A CPI que V. Exa. faz parte, tem ouvido todos os setores, apresentará um relatório responsável, baseado em estudos técnicos, inclusive solicitaremos ao Crea e ao Senge um estudo técnico em relação à questão do pedágio, apontando se há ou não superfaturamento nas tarifas.

No entanto, houve, sim, estelionato eleitoral em 1998. Em 1998, o pedágio foi reduzido unilateralmente de forma irresponsável.

Não só irresponsável, como no meu entendimento houve um crime de responsabilidade, porque era previsível que a Justiça determinaria a reposição das tarifas.

Por isso, naquela época, numa disputa apertada entre o Jaime Lerner e o Roberto Requião, a redução de 50%, foi na época, um estelionato eleitoral.

Por isso é que tenho convicção que, não só baseado nos estudos da CPI, mas também nos estudos que o Governo tem, vão cumprir o seu compromisso de campanha.

Muito obrigado!

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor presidente, estelionato por estelionato estão aí os dois. Um baixou 50% e o outro iria arrebentar com as praças de pedágio. Está empatado.

Essa questão sobre o Lula, não estou fazendo como crítica, estou fazendo como alerta para que nós que hoje fazemos oposição, não venhamos subir na tribuna e pedir aumento, quando o Governo do Estado não tem condições de oferecer aos servidores públicos só porque somos oposição. E depois temos que fazer o contrário quando estamos governando.

Meu caro André, teremos muitas oportunidades. Às vezes o silêncio da Oposição vale muito mais do que um discurso eloqüente, mas teremos outras oportunidades de travarmos aqui o belo e o bom debate.

Muito obrigado!

**O SR. RENATO GAÚCHO (Pela Ordem)**

Gostaria de justificar a ausência dos deputados: José Maria Ferreira, Artagão Júnior, Luiz Fernandes Litro, Élio Rusch, Cida Borghetti e Padre Paulo, que estão nesse momento colhendo depoimentos na CPI do Paranacidade.

Muito obrigado!

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, com muita satisfação quero comunicar a presença das vereadoras: Clarice Gullin de Almirante Tamandaré e Detti Pavor.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA:**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que denomina Rodovia Manoel Palma Cano, a estrada que liga o município de Alvorada do Sul ao município de Primeiro de Maio. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 006/2003, de 17/03/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 114/2003

##### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 114/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, tem por escopo denominar a estrada que liga o município de Alvorada do Sul ao município de Primeiro de Maio, PR-437, por Rodovia Manoel Palma Cano.

Vale destacar que o presente tem o desígnio de homenagear o pioneiro espanhol Manoel Palma Cano, um dos fundadores da cidade de Alvorada do Sul, cujas intenções se norteavam para o desenvolvimento agrícola deste Estado. Destarte, é mister observar que a referida artéria não possui qualquer denominação que venha a denegar tal proposição.

Deve-se mencionar, ainda, que em resposta ao Ofício nº 10, da CCJ, foi obtido parecer favorável da Secretaria de Transportes, que enseja o presente em face da ausência de nomeação da via em questão.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Sala das Comissões, em 15.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 114/2003

##### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 114/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, objetiva denominar Rodovia Manoel Palma Cano, a estrada que liga o município de Alvorada do Sul ao município de Primeiro de Maio.

Esta Comissão, chamada a opinar quanto ao mérito da iniciativa, manifesta-se favoravelmente, pois tal proposição, homenageia um dos fundadores do município de Alvorada do Sul, e também porque pelas estradas desta região, exerceu sua luta prol do desenvolvimento agrícola do Norte do Estado.

Desta forma nada mais justo que ter seu nome “Manoel Palma Cano”, perpetuado nessa rodovia.

Sala das Comissões, em 06.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA  
Presidente e Relator

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao desembargador Oto Luiz Sponholz. COM PARECERE FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/2003, de 24/03/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 130/2003

##### P A R E C E R :

##### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Mauro Moraes, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado ao desembargador Oto Luiz Sponholz.

##### Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná. O partido do autor, PSC, também já se pronunciou, indicando o projeto na quota reservada à agremiação partidária.

##### Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 130/2003, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
CHICO NOROESTE - Relator

#### O SR. MAURO MORAES (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, demais membros da Mesa.

É indeclinável o dever de honrar aqueles que por, seus méritos, fazem jus à admiração e ao respeito de seus semelhantes. Dever e responsabilidade maior ainda é a nossa que legitimamente representamos o povo do Estado do Paraná quando devemos escolher apenas alguns poucos entre os muitos que se destacaram em nosso Estado para serem agraciados com a maior honraria do nosso Estado, que é o título de Cidadão Benemérito do Paraná.

Teria que falar infundavelmente se quisesse relatar minuciosamente o que representa para o nosso Estado a figura do doutor Oto Luiz Sponholz.

Quero, entretanto, com palavras simples e compreensíveis, fazer um breve relato de sua vida porque acredito ser desnecessário entrar no mérito da figura de tão ilustre personalidade conhecida por todos os deputados desta Casa.

Todos nós somos sabedores que o Dr. Oto iniciou como advogado com brilhantismo insigne, ilustre professor da Universidade Católica do Paraná. Posteriormente, presidente da Ordem dos Advogados do Estado do Paraná, foi também presidente do TRE - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, foi corregedor, vice-presidente do Tribunal de Justiça. Foi também homenageado na Câmara Municipal de Curitiba como cidadão honorário e hoje exerce, como todos sabem, a presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Como o Dr. Oto é conhecido de todos os deputados e goza da confiança e amizade de V. Exas., quero pedir que esta votação seja realmente feita por unanimidade dos membros desta Casa.

Agradeço de coração.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em votação e se tratando de honraria, a votação será secreta. Os deputados que desejam votar favoravelmente, votarão com a expressão SIM. Os deputados que serão contrários, obviamente votarão com a expressão NÃO.

Peço à deputada Luciana Rafagnin que proceda a chamada dos senhores deputados para a votação.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)  
(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

Quarenta e quatro deputados votaram, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Convido para o escrutínio dos votos, os deputados Antonio Anibelli, Duílio Genari e Carlos Simões.

(**Procedem escrutínios dos votos**)

Peço que a senhora 1ª secretária diga o resultado, por favor.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

Senhor presidente, quarenta e quatro deputados votaram e tivemos quarenta e quatro votos sim.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

**Aprovado por unanimidade.**

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de citar apenas a presença da vereadora e São Gerônimo da Serra, Cleide

Pinheiro, e do ex-prefeito da mesma cidade, Gilberto Pinheiro de Mello.

O SR. ANDRÉ VAGAS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Também para anunciar a presença do prefeito de Porecatu, o nosso companheiro do nosso Partido, professor Dionísio.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 895, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 896, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 898 e 899, de autoria do deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 901, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 902, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 903, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 909A, de autoria dos deputados Ratinho Júnior, Reni Pereira, Jocelito Canto, Barbosa Neto e Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 760/2002, 114 e 130/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 210 e 227/2003.

Levanta-se a Sessão.

#### Ata de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de 2003, às 14h00, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os

nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Elton Carlos Welter, Francisco Büher, Fernando Ribas Carli, (atuando como suplente do deputado Miltinho Pupio), José Maria Ferreira, presidindo a reunião, como o intuito de deliberar sobre matéria ordinária a ser submetida à apreciação desta, conforme pauta: primeiramente o senhor presidente solicitou à secretaria da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior. Na seqüência o deputado Francisco Büher, pede dispensa; todos aprovam; após isto, deu continuidade à pauta: 1) Projeto de Lei nº 114/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que denomina Rodovia Manoel Palma Cano, a estrada que liga o município de Alvorada do Sul ao município de 1º de Maio. Relator: deputado José Maria Ferreira. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Indicação nº 07/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que sugere, a estadualização do trecho de 28 quilômetros entre os municípios de Altamira do Paraná a Laranjal,

prolongando a Rodovia PR-364. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Relator: deputado Elton Carlos Welter; para relatoria distribuiu ao deputado Francisco Büher a Indicação nº 12/2003, a qual, verificada com os demais, evidenciaram a necessidade da realização de diligência, junto às Secretaria dos Transportes, para se obter dados atuais para a elaboração do parecer. Finalmente foi mencionado a necessidade da substituição do deputado Miltinho Pupio, membro da Comissão, em vista da sua ausência às reuniões. Todos concordaram para que fosse redigido um ofício ao presidente da Casa, para as devidas providências. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente, demais deputados e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária